

ISABELA ALMEIDA DOS SANTOS

**TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: LEGADO ENTRE GERAÇÕES E SUAS
CONSEQUÊNCIAS SOBRE A POBREZA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Lorena Vieira Costa Lelis

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2022**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de
Viçosa - Campus Viçosa

T

S237t
2022 Santos, Isabela Almeida dos, 1997-
Trabalho infantil no Brasil: legado entre gerações e suas
consequências sobre a pobreza / Isabela Almeida dos Santos. - Viçosa,
MG, 2022.

1 dissertação eletrônica (62 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndice.

Orientador: Lorena Vieira Costa Lelis.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Rural, 2022.

Referências bibliográficas: f. 56-61.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.120>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Trabalho infantil - Brasil. 2. Pobreza. 3. Gerações. I. Lelis,
Lorena Vieira Costa, 1987-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em
Economia Aplicada. III. Título.

CDD 22. ed. 331.310981

Bibliotecário(a) responsável: Renata de Fátima Alves CRB6/2578

ISABELA ALMEIDA DOS SANTOS

**TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: LEGADO ENTRE GERAÇÕES E SUAS
CONSEQUÊNCIAS SOBRE A POBREZA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 17 de janeiro de 2022

Assentimento:

Isabela Almeida dos Santos
Isabela Almeida dos Santos
Autora

Lorena Vieira Costa Lelis
Lorena Vieira Costa Lelis
Orientadora

*Dedico esta, bem como todas as minhas demais
conquistas, aos meus amados pais.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos. Obrigada por ser a minha força e o meu guia em todos os momentos.

Aos meus pais, Paulo e Lenice, pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida. Por acreditarem em mim, e não medirem esforços para a concretização dos meus sonhos. Sem vocês, nada seria possível. Agradeço também minha irmã, Isadora, por todo companheirismo e apreço. A vocês todo meu amor e admiração.

À minha família e amigos, que mesmo com a distância, sempre se fizeram presentes na minha vida e estarão sempre em meu coração. Obrigada por todo o apoio que me deram, por cada palavra de carinho dita e pela torcida.

À minha orientadora, professora Lorena Vieira Costa Lelis, agradeço toda paciência, confiança e ensinamento.

Aos amigos que fiz durante o mestrado. Sou eternamente grata por todo o carinho e ajuda, obrigada pelos momentos juntos, por tornarem mais leve meu trabalho, eu não teria conseguido sem vocês.

À UFV, Departamento de Economia Rural e Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, agradeço imensamente pela oportunidade e pela infraestrutura oferecida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

A todos vocês, que contribuíram direta e indiretamente para a realização desse trabalho, o meu mais sincero obrigada!

RESUMO

SANTOS, Isabela Almeida dos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, janeiro de 2022.
Trabalho Infantil no Brasil: legado entre gerações e suas consequências sobre a pobreza.
Orientadora: Lorena Vieira Costa Lelis.

O trabalho infantil é um fenômeno complexo, cujas consequências ultrapassam as noções de defesa e de garantia dos direitos das crianças, adentrando nas questões socioeconômicas. Considerando esta realidade, o presente trabalho tem como objetivo analisar os fatores que se associam à entrada precoce das crianças e adolescentes no mercado de trabalho no Brasil, com ênfase, no efeito do *status* de trabalhador infantil dos pais sobre este fenômeno, observando se as chances de trabalho infantil se alteram quando apenas a mãe, apenas o pai ou ambos trabalharam quando crianças. Ademais, buscou-se, ainda, verificar se a condição passada de trabalhador infantil dos pais afeta a condição socioeconômica presente dos domicílios. As evidências empíricas foram obtidas a partir do uso de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, estimadas por meio do Modelo de Probabilidade Linear. Os resultados indicam que o fato de os pais terem exercido trabalho infantil durante a infância aumenta a probabilidade de que seus filhos também exerçam, ou seja, revelam a possibilidade de transmissão de *status* sociais entre gerações. Além disso, ao se comparar a influência da oferta de trabalho infantil da mãe e a do pai sobre esse fenômeno, verifica-se que a condição do pai é mais influente. Verificou-se ainda que essa probabilidade aumenta, para crianças e adolescentes em que ambos os pais foram trabalhadores infantis, evidenciando o impacto das características sociais dos pais sobre as condições de seus filhos. No que se refere ao efeito da condição passada de trabalhadora infantil da mãe, do pai e de ambos sobre a condição de pobreza do domicílio, observa-se que o *status* de trabalhador infantil afeta positivamente a possibilidade dos domicílios se encontrarem abaixo da linha da pobreza, o que pode estar diretamente associado às perdas sociais e educacionais ao longo do tempo, que acabam por influenciar as condições futuras. Assim, à medida que esse trabalho verifica que o trabalho infantil é um problema social de longo prazo com efeitos na geração presente e futura, seus resultados possibilita a formatação de políticas públicas para prevenção e erradicação do trabalho infantil e pobreza no Brasil.

Palavras-chave: Trabalho Infantil. Pobreza. Transmissão Intergeracional

ABSTRACT

SANTOS, Isabela Almeida dos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, January, 2022.
Child labor in Brazil: legacy between generations and its consequences on poverty.
Advisor: Lorena Vieira Costa Lelis.

Child labor is a complex phenomenon, the consequences of which go beyond the notions of defending and guaranteeing children's rights, entering socio-economic issues. Considering this reality, the present work aims to analyze the factors that are associated with the early entry of children and adolescents into the labor market in Brazil, with emphasis on the effect of the child worker status of the parents on this phenomenon, observing whether the chances of child labor change when only the mother, only the father or both worked as children. In addition, it was also sought to verify whether the parents' past condition of child worker affects the present socioeconomic condition of the households. Empirical evidence was obtained using microdata from the 2015 National Household Sample Survey (PNAD), estimated using the Linear Probability Model. The results indicate that the fact that parents have performed child labor during childhood increases the probability that their children also exercise, that is, they reveal the possibility of transmission of social status between generations. Furthermore, when comparing the influence of the mother's and the father's child labor offer on this phenomenon, it appears that the father's condition is more influential. It was also found that this probability increases for children and adolescents in which both parents were child workers, evidencing the impact of the parents' social characteristics on the conditions of their children. With regard to the effect of the mother's, father's and both's past child worker status on the household's poverty condition, it is observed that the child worker status positively affects the possibility of households being below the poverty line, which can be directly associated with social and educational losses over time, which end up influencing future conditions. Thus, as this work verifies that child labor is a long-term social problem with effects on the present and future generations, its results enable the formatting of public policies for the prevention and eradication of child labor and poverty in Brazil.

Keywords: Child Labor.Poverty.Intergenerational Transmission

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos no Brasil por situação de ocupação, 2015	33
Tabela 2- Tipo de atividades que as crianças e os adolescentes realizam, segundo o sexo no Brasil (em %)	36
Tabela 3 – Remuneração média das crianças e adolescentes no Brasil, segundo idade, 2015	36
Tabela 4- Características de chefes de domicílio no Brasil segundo situação de ocupação das crianças, 2015.....	38
Tabela 5 - Caraterísticas dos domicílios brasileiros de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, segundo a renda <i>per capita</i> dos domicílios, 2015.....	40
Tabela 6: Fatores associados à probabilidade da criança ou adolescente trabalhar no Brasil, 2015.....	43
Tabela 7: Fatores associados à probabilidade da criança ou adolescente trabalhar no Brasil, por sexo, 2015	47
Tabela 8: Fatores associados à probabilidade de pobreza dos domicílios, Brasil, 2015.....	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Número de crianças/adolescentes trabalhando por idade e sexo no Brasil, 2015 (%)	35
Figura 2- Setores de trabalho das crianças e dos adolescentes no Brasil (%)	35
Figura 3 - Crianças e adolescentes no trabalho, por estrato renda familiar, no Brasil, 2015 (em %)	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Considerações iniciais	10
1.2 O problema e sua importância	14
1.3 Hipóteses	18
1.4 Objetivos.....	19
1.4.1 Objetivo Geral	19
1.4.2 Objetivos Específicos	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Modelo de alocação do tempo da família	19
3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	24
3.1 Transmissão Intergeracional do Trabalho Infantil.....	24
3.2 O trabalho infantil passado como determinante da pobreza atual	26
4 METODOLOGIA	28
4.1 Estratégia Empírica.....	28
4.2 Fonte de Dados	31
5 RESULTADOS	32
5.1 Perfil do trabalho infantil no Brasil	32
5.2 Características dos domicílios	39
5.3 Fatores associados ao trabalho infantil.....	42
5.4 Efeitos do trabalho infantil passado sobre a probabilidade de pobreza atual.	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE	62

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

O trabalho infantil é um problema social complexo e de grande relevância, à medida que se constitui uma violação dos direitos humanos. Por definição, o trabalho infantil compreende toda e qualquer forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida por lei, em cada país. No Brasil, de acordo com o artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, admite-se o trabalho a partir dos 16 anos, com exceção do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, cuja idade mínima é 18 anos. Na condição de aprendiz permite-se também o trabalho a partir dos 14 anos, com carga horária reduzida e considerando que o exercício da atividade não interfira nos estudos regulares do indivíduo (BRASIL, 1988).

Segundo as estimativas apresentadas pela Organização Internacional do Trabalho (OTI, 2017), 152 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, foram submetidas ao trabalho em 2016 em todo o mundo, o que representa aproximadamente cerca de 11% da população infantil, contingente que aumentou para 160 milhões de crianças e adolescentes em 2020, o que pode estar associado ao cenário de pandemia que se instaurou desde o final de 2019. Ademais, esse contingente de trabalhadores infantis está concentrado em países em desenvolvimento. O Continente Asiático possui a maior taxa de trabalhadores infantis, englobando cerca de 62% da mão de obra infantil do mundo, seguido da África com 30%, e América Latina com 7% (OTI, 2021).

No Brasil, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram que 5,3% de suas crianças e adolescentes estavam em situação de trabalho em 2016, percentual que caiu para 4,6% em 2019, ou seja, houve uma redução de 0,7 pontos percentuais na proporção de crianças e adolescente em trabalho no período¹. Apesar dos indicadores revelarem uma redução desta prevalência nos últimos anos no Brasil, a incidência de trabalho infantil é alta ao se comparar com a de outros países da América com renda *per capita* semelhante. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OTI, 2020), enquanto no Brasil, 4,6% das suas crianças e adolescentes trabalhavam em 2019, na Colômbia, esse percentual era de 3,6%, na

¹ Vale ressaltar que o cenário de pandemia do COVID 19 podem ter alterado esses dados para os anos de 2020 e 2021.

Jamaica de 2,9%, e no México, 4,4%. Assim, a proposição de estudos que busquem assimilar as causas e consequências desse fenômeno social se faz importante.

Na literatura especializada não há consenso quanto aos determinantes do trabalho infantil, embora a condição de pobreza da família seja comumente aceita como um importante fator. Acredita-se que a entrada das crianças e adolescentes no mercado de trabalho pode estar condicionada a fatores como a necessidade de contribuir com a renda familiar, configurando-se em uma forma de amenizar os efeitos da pobreza (BASU; VAN, 1998).

Nesse mesmo contexto, há trabalhos que apontam que o trabalho infantil pode criar um círculo vicioso da pobreza, à medida que afeta a frequência e rendimento escolar, deteriorando e prejudicando a acumulação de capital humano, o que no longo prazo, na idade adulta, resulta em uma baixa qualidade da mão de obra e/ou baixos salários. Conseqüentemente, em virtude da baixa renda familiar, os filhos acabam entrando precocemente no mercado de trabalho, caracterizando-se a armadilha do trabalho infantil (BASU; TZANNATOS, 2003).

Estudos como de Satyarthi (2006) e Kassouf (2002) apontam para uma relação triangular de causa e consequência, envolvendo a pobreza, o nível de escolaridade e o trabalho infantil. Por um lado, a pobreza seria um fator determinante do trabalho infantil, diante da necessidade de gerar renda para os domicílios pobres, o que acaba afetando o tempo dedicado à escola. Por outro lado, a pobreza é vista como uma consequência do trabalho infantil, ou seja, a inserção precoce ao mercado de trabalho tende a reproduzir as condições de pobreza, já que limita as possibilidades de que as crianças e adolescentes tenham um desenvolvimento pleno (ao restringir, por exemplo, o acesso à educação) e, desse modo, possam ter acesso a oportunidades para sair da condição de pobreza.

Assim, surge a possibilidade de transmissão de *status* sociais entre gerações: a relação entre aspectos socioeconômicos dos pais e a definição de resultados dos filhos. O trabalho infantil pode ser uma das formas pelas quais essa transmissão ocorre, de modo que o trabalho da geração atual de crianças e adolescentes pode ser um resultado da oferta de trabalho infantil da geração anterior. Emerson e Souza (2003) por meio de análise transversal de dados para o Brasil, mostraram evidências empíricas de que pais que eram trabalhadores infantis são mais propensos a enviarem seus filhos para o trabalho precocemente. Em consonância com esses autores, Aquino et al. (2010) encontraram resultados análogos, explorando as diferenças desse fenômeno entre as áreas urbanas e rurais no Brasil. Os resultados mostraram que apesar do fato dos pais terem sido trabalhadores infantis ter efeito positivo sobre a probabilidade de

seus filhos trabalharem, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, a magnitude desse impacto é mais acentuada na zona rural.

Nesta perspectiva, este estudo examina os fatores que se associam à entrada precoce dos filhos no mercado de trabalho no Brasil, com ênfase, sobretudo, no efeito do *status* de trabalhador infantil dos pais sobre este fenômeno. Além de verificar se tais efeitos afetam o trabalho infantil dos filhos e filhas de formas diferentes, investigou-se se há um efeito diferencial quanto a quem, apenas a mãe, apenas o pai, ou ambos, exerceu trabalho infantil. Essa análise é importante e difere das anteriormente realizadas, pois fornece alguma indicação quanto ao poder de barganha relativo dos membros do domicílio. Além das questões socioeconômicas, o fator cultural também pode exercer influências sobre o trabalho infantil, já que embora a legislação brasileira contenha dispositivos claros quanto à proibição do trabalho infantil e à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, a realidade de sua existência, é muitas vezes respaldada em um imaginário social o qual justifica e entende como natural o trabalho infantil. Assim, ao investigar os fatores e consequências relacionadas ao trabalho infantil, evidenciando o *status* de trabalhadores infantis dos pais, busca-se também lançar luz ao papel do ambiente e cultura para determinação do fenômeno.

Assim, este estudo se diferencia dos demais ao propor investigar o efeito desagregado quanto a quem, entre os pais, exerceu trabalho infantil sobre o trabalho das atuais crianças. Ademais, analisa o efeito associado ao fato de ambos os pais terem ofertado trabalho quando crianças (o que poderia potencializar o ambiente e cultura favoráveis ao trabalho infantil atual). Outra contribuição refere-se à busca por efeitos diferenciais entre meninas e meninos, uma vez que o trabalho exercido por ambos pode ter naturezas e causas distintas.

Além do *status* de trabalhador infantil dos pais, outras características podem afetar a condição de ocupação das crianças e adolescentes. Assim, nesse estudo se analisa ainda, a influência de características dos pais e das condições socioeconômicas e demográficas das famílias, bem como de atributos das próprias crianças sobre a probabilidade de trabalho infantil. O *background* familiar² é um importante fator a se considerar ao analisar os aspectos associados ao trabalho infantil dado que as características familiares tendem a ser repassadas aos indivíduos e exercem fortes influências sobre os resultados presentes e futuros desses, como por exemplo, sobre a renda e o nível de escolaridade.

² Consiste em um conjunto de características do ambiente familiar no qual os indivíduos se desenvolvem tais como: educação e ocupação dos pais, renda familiar, tamanho família entre outras (BECKER; TOMES, 1979).

Nesse contexto, o trabalho precoce pode acarretar efeitos de curto e longo prazo na vida crianças e adolescentes, de modo que, nesse trabalho examina-se também, se a condição passada de trabalhador infantil dos pais afeta a posição social e econômica atual desses, ao investigar o efeito do *status* de trabalhador infantil dos pais sobre a possibilidade dos domicílios se encontrarem abaixo da linha da pobreza³. Uma vez que historicamente o Brasil é marcado por disparidades de gênero, avalia-se se há um diferencial quanto a quem, pai, mãe ou ambos foram trabalhadores infantis.

Embora estudos sobre os aspectos que se associem ao trabalho infantil sejam abundantes (FERRO, 2003; TOMÁS, 2006; BROWN; DEARDORFF; STERN, 2001; GOULART, 2008), se faz relevante estudar esses aspectos diante de cenários de desaceleração da economia brasileira, como observado desde 2014. De acordo com dados do IBGE estima-se que no período de 2014 a 2017 o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* tenha contraído cerca de 11%. No mesmo período, o número de desempregados mais que dobrou, registrando uma taxa de 13,7% de desempregados em 2017; 23,3 milhões de pessoas entraram para estatística de vulnerabilidade social; e a extrema pobreza aumentou 11,2%.

De fato, sabe-se que choques econômicos e demográficos podem afetar a decisão das famílias em alocar o tempo das crianças ao trabalho, como apontado por Cuevas (2018), ao avaliar como os choques negativos de renda e os ativos econômicos se associam ao trabalho infantil na República Dominicana, e por Viaro (2017) ao verificar como mudanças nos retornos ao trabalho causados por choques de mercado externo afetam a alocação de tempo das crianças entre frequência escolar e trabalho no Brasil. Assim, a crise econômica e social que se desenhou no Brasil desde 2014, pode ter importantes efeitos sobre as decisões das famílias, podendo, portanto, alterar o padrão de trabalho infantil no país, bem como, seus determinantes e efeitos. Desse modo, avaliar os aspectos que definem o trabalho infantil em anos de crise, como 2015, torna-se relevante para a formulação de políticas públicas compensatórias e inclusivas, que consigam romper com a armadilha do trabalho infantil e da pobreza. Podem-se citar

³ Esse trabalho baseia-se na visão monetária de pobreza, e, portanto, unidimensional, pautada na ótica de insuficiência de renda. Essa abordagem está associada à questão da subsistência, entendida como um nível de renda mínimo aceitável para cobrir as necessidades básicas dos indivíduos. Por meio dessa ótica, constrói-se uma linha divisória que distingue os pobres dos não pobres, estabelecida nesse trabalho como um valor monetário de meio salário mínimo (394 reais *per capita*), referente ao salário de 2015. O mérito da abordagem com base na renda é oferecer um ponto de partida para as análises do contingente populacional pertencente ao grupo de pobres e não pobres (SEN, 2001).

nesse sentido, políticas que possibilitem melhores oportunidades e condições de trabalho e, conseqüentemente, de salários aos familiares das crianças e adolescentes.

1.2 O problema e sua importância

São diversos os aspectos que interferem na decisão de alocação do tempo das crianças, sobretudo questões sociais e econômicas no âmbito familiar. À vista disto, neste trabalho questiona-se: a inserção precoce dos filhos no mercado de trabalho é influenciada pelo fato dos pais terem trabalhado enquanto crianças? O fato de apenas a mãe, apenas o pai ou ambos terem trabalhado enquanto crianças afeta de maneira diferente essa probabilidade? Além disso, o fato dos pais terem sido trabalhadores infantis afeta sua condição de pobreza atual?

A decisão de trabalhar, segundo a teoria Neoclássica da oferta de mão-de-obra, está associada à necessidade do indivíduo em obter recursos que lhe permita adquirir os bens e serviços que carece, ou seja, está vinculada a função de utilidade, restrita pelo fator renda, que o sujeito visa maximizar. Uma vez que a principal razão que leva o indivíduo a trabalhar é a necessidade de obter recursos, esse deve escolher como irá alocar seu tempo entre em horas de trabalho remunerado ou lazer. Logo, cada unidade de renda obtida representa, por um lado o sacrifício de algum período de lazer, e por outro, a possibilidade de aquisição dos bens e serviços que o trabalhador deseja (KILLINGSWORTH; HECKMAN, 1986).

Assim, algumas crianças e adolescentes tendem a alocar seu tempo em atividades laborais por necessidade de sobrevivência. O comprometimento do tempo alocado aos estudos, a não devida socialização com crianças da mesma idade, a escassez das atividades voltadas ao lazer e os problemas ocasionados pela responsabilidade de contribuir para o sustento da família, podem fazer com que o processo de aprendizagem da criança seja lesado e o interesse pelas atividades educacionais reduzidos (KASSOUF, 2002).

Tem-se verificado que crianças que trabalham para completar a renda familiar normalmente têm um rendimento escolar menor, se comparado àquelas que só estudam. Akabayashi e Psacharopoulos (2012), ao analisarem o *trade-off* entre as horas de trabalho e de estudo na Tanzânia, concluíram que as horas de trabalho estão correlacionadas negativamente com as habilidades de leitura e matemática. Cerdas (2003) fez um estudo similar na Costa Rica, para o ano 2000, e constatou que a decisão de trabalhar e estudar são interdependentes, além disso, mostrou que a educação dos pais e o sexo da criança são aspectos relevantes para determinar o trabalho infantil, ou seja, crianças do sexo masculino e filhos de pais com menos anos de estudo tem maior probabilidade de ingressarem precocemente no mercado de

trabalho. Cuevas (2018), por sua vez, constatou que ativos econômicos melhoram a formação do capital humano das crianças e dos adolescentes, e diminuem a probabilidade de trabalho, independentemente do sexo, da idade e da zona de residência na República Dominicana.

Assim, o trabalho na infância tende a restringir o desenvolvimento físico e mental de crianças, ao limitar o acesso à educação, bem como promover desgastes nas condições físicas dessas (KASSOUF et al., 2001; NICOLELLA et al., 2008; LEE; ORAZEM, 2010). O resultado prático disto são as condições futuras, uma vez que essas crianças tendem a terem capacidade de ascensão socioeconômica restrita (GUEDES et al., 2013; BECKER, 1995; ARAÚJO et al., 2016; HENRIQUES, 2001).

Ilahi, Orazem e Sedlacek (2000) buscaram investigar o efeito do trabalho infantil sobre o salário, renda e pobreza atual dos adultos no Brasil através de dados da PNAD 1996. Os resultados sugerem que a adultos que foram crianças trabalhadoras possuem maior probabilidade de estar no quintil de renda mais baixa. Similarmente, utilizando o método de mínimos generalizados (GMM) e regressão quantílica, a partir de microdados da PNAD 2008, Freitas, Lima e Silva (2017) investigaram o impacto do trabalho infantil no rendimento do trabalho formal do indivíduo na fase adulta. As estimativas indicaram que o fato do indivíduo ter trabalhado quando criança afetou negativamente os rendimentos provenientes do trabalho formal na vida adulta e este impacto foi ainda maior quando considerado o quantil mais elevado de renda. Teoricamente a hipótese do impacto negativo da entrada precoce no mercado de trabalho sobre as condições socioeconômicas futuras é aceita, embora existam poucas evidências empíricas.

Sabendo desses efeitos negativos importantes que o trabalho infantil pode ocasionar, a literatura econômica tem-se dedicado a encontrar os seus possíveis determinantes, sendo os aspectos socioeconômicos dos pais um importante campo de pesquisa neste sentido. Jafarey e Lahiri (2005), por exemplo, discutem a relação entre persistência intergeracional de educação, renda e trabalho infantil no Reino Unido. Os autores observaram que quanto mais qualificados são os pais, maior o nível educacional dos filhos e menores as chances de que ofertem trabalho. Na América Latina, Banerjee e Newman (1993) constataram que pais que não estudaram teriam nível de renda menor, e, portanto, maior probabilidade de inserir os filhos precocemente no mercado de trabalho. Conforme os autores, a opção pelo trabalho infantil em detrimento do estudo pode afetar a acumulação de capital humano da criança ao longo de sua vida, influenciando o seu nível de renda quando adulta.

Aquino et al. (2010) e Emerson e Souza (2003) analisaram a transmissão intergeracional do trabalho infantil no território brasileiro e observaram uma relação direta e

significativa entre o fato de os pais terem sido trabalhadores infantis e a incidência do trabalho infantil dos filhos. Moreira e Teixeira (2015) por sua vez, exploram essa relação em termos regionais, de modo a captar as particularidades de cada região geográfica brasileira. Baseados em um modelo *logit* multinomial verificou-se que o fato da pessoa de referência ter trabalhado durante a infância afeta a probabilidade das crianças alocarem seu tempo entre estudo e trabalho. Os resultados revelaram ainda, que o maior impacto da transmissão do trabalho infantil foi no sentido de elevar a probabilidade de as crianças ficarem ociosas e que a região Nordeste é mais sensível ao mecanismo intergeracional.

Kassouf (2005) em seu modelo evidenciou que pais que exerceram o trabalho infantil tem maior probabilidade de enviar as crianças ao mercado de trabalho, isso faz com indivíduos que ingressam precocemente no mercado de trabalho tendem a acumular baixo capital humano, assumindo que há um *trade off* entre trabalho e educação. Esse nível baixo de capital humano tende a refletir em piores remunerações quando adulto e, como forma de completar a renda domiciliar, a família insere a criança no mercado de trabalho ao invés de enviá-la para a escola, havendo assim um ciclo vicioso intergeracional do trabalho infantil e a perpetuação da pobreza (MOTA; JORGE; CAMPOS, 2016).

Assim, com esse estudo, ao examinar a influência da transmissão do *status* de trabalhador infantil dos pais aos filhos e analisar os efeitos socioeconômicos futuros desse fenômeno busca-se contribuir com a literatura que investiga o trabalho infantil e transmissão de *status* sociais entre gerações, sobretudo em um contexto de vulnerabilidade social crescente, que ao modificar as condições econômicas e sociais das famílias, podem alterar o padrão de decisão de alocação do tempo, contribuindo para ciclo contínuo de pobreza e exclusão social.

Este trabalho tem como referência principal Emerson e Souza (2002), que desenvolveram e aplicaram um modelo dinâmico quanto à decisão familiar de oferta de trabalho infantil no Brasil. Utilizando dados da PNAD de 1996, os autores encontraram que as crianças são mais prováveis de trabalhar quando seus pais também foram trabalhadores infantis. Além disso, quanto mais cedo se entra no mercado de trabalho, menores seriam os rendimentos futuros. Os autores avaliaram ainda, o efeito da condição de trabalhador infantil do pai e da mãe, separadamente, realizando também uma distinção de gênero entre os filhos, a fim de verificar se os pais e as mães têm impactos separados e distintos na incidência do trabalho infantil de seus filhos, dependendo do gênero. De acordo com os resultados a figura paterna tem maior impacto atenuante sobre os filhos e as mães sobre as filhas. No entanto,

eles não avaliam se o fato de ambos os pais terem trabalhado na infância aumenta a possibilidade de trabalho precoce dos filhos.

Nesse trabalho, ao contrário, além de analisar se chances de trabalho infantil se alteram quando apenas a mãe ou apenas o pai trabalhou quando crianças, investiga-se se esse efeito é maior quando ambos os pais foram trabalhadores infantis. Essa análise é importante visto que além de fornecer alguma indicação quanto ao poder de barganha relativo dos membros do domicílio, permite verificar se crianças e adolescente as quais ambos os pais foram trabalhadores infantis estão mais expostas ao trabalho infantil, aspecto relevante ao considerar que as pessoas tendem a se relacionar com indivíduos com características semelhantes a elas, o que pode aumentar a vulnerabilidade ao trabalho infantil e a pobreza dessas famílias.

Dentro da economia comportamental, diversos estudos (Castillo; Cross, 2008; Charness; Gneezy, 2012) apontam diferenças sistemáticas na forma como homens e mulheres tomam decisões, de forma que o gênero de quem exerceu o trabalho pode ser apontado como um dos fatores decisivos a ser considerado ao analisar-se a tomada de decisão quanto à alocação de tempo de seus filhos. Andreoni e Vesterlund (2001) acreditam que o altruísmo está relacionado aos diferentes resultados envolvendo gêneros, observando que o comportamento masculino tende a ser menos altruísta quanto ao processo decisório envolvendo questões financeiras. Nessa perspectiva, esse trabalho parte da hipótese de que a condição de criança trabalhadora do pai sobre a probabilidade de trabalho infantil dos filhos é mais significativa que o fato da mãe ter entrado precocemente ao mercado de trabalho.

Outro ponto analisado nesse trabalho é se a influência da condição passada de trabalhador infantil dos pais sobre o trabalho infantil se alteram quando se analisam separadamente para filhos e filhas. Esse tipo de análise é relevante já que alguns estudos (CARTER, 2000; PETERS, 1994) revelam que os pais tratam de forma diferente meninos e meninas. De acordo com Nascimento e Trindade (2010), representações sociais de gênero tradicionais ainda têm repercussão na dinâmica familiar, de modo que as características do pai tendem a terem maior impacto sobre os filhos do que sobre as filhas, e o contrário se aplica para as mães, as quais os atributos são mais influentes sobre as filhas que sobre os filhos.

Em geral, são diversas as causas do trabalho infantil apontadas pela literatura, e embora a correlação trabalho infantil e pobreza familiar esteja no centro dessa discussão nem sempre essa relação se verifica como único ponto determinante deste tipo de trabalho, especialmente quando se analisa diferentes regiões. Desse modo, a disponibilização de mão de obra infantil no mercado de trabalho é motivada por um grupo de fatores relacionados às

características da família e domicílio, que devem ser consideradas ao se analisar a transmissão intergeracional do trabalho infantil e a condição atual dos pais das crianças, levando em contas os aspectos políticos, econômicos e sociais.

Partindo do pressuposto de que o trabalho das crianças pode afetar a formação de capital humano, impactando a qualidade de emprego e a posição social futura e dado que a origem social exerce um papel importante na determinação do campo de possibilidades de conquistas na estrutura socioeconômica, esse estudo verifica ainda se o trabalho infantil tende a aumentar as chances de os domicílios estarem uma situação de pobreza. Diferente do trabalho de Ilahi, Orazem e Sedlacek (2000), investigou-se ainda se a um efeito diferencial quanto a quem entre os pais exerceu o trabalho infantil. Análises de gênero com essa são importantes, sobretudo em países como o Brasil, marcado historicamente por disparidades de gênero.

Assim, ao investigar o trabalho infantil por meio de duas abordagens: avaliando-o como um possível resultado da oferta de trabalho infantil dos pais no passado e como um determinante da pobreza dos adultos que trabalharam enquanto crianças, o presente estudo justifica-se e torna-se importante, do ponto de vista da elaboração de políticas públicas. Considerando que o trabalho infantil está associado às limitadas condições socioeconômicas das famílias, a formulação de políticas voltadas à inclusão social e à redução de pobreza devem ser constantemente avaliadas e revistas e, para isso, a construção de indicadores sociais é fundamental para captação de particularidades.

1.3 Hipóteses

Crianças e adolescentes brasileiros são mais propensos a trabalharem quando seus pais eram crianças trabalhadoras. Ademais, a condição de criança trabalhadora do pai exerce maior efeito sobre a possibilidade de trabalho infantil dos filhos que o fato da mãe ter entrado precocemente ao mercado de trabalho, e esse efeito é mais intenso no caso de ambos os pais terem trabalhado na infância. Além disso, a oferta trabalho infantil dos pais eleva a probabilidade de eles estarem em situação de pobreza atual, sendo maior em domicílios onde ambos os pais foram trabalhadores infantis.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Avaliar o efeito dos pais terem ofertado trabalho infantil sobre a probabilidade de trabalho dos filhos enquanto crianças e adolescentes no Brasil no ano 2015. Verificar se o fato de terem exercido trabalho infantil afeta a probabilidade de pobreza dos pais no ano 2015.

1.4.2 Objetivos Específicos

- i.** Analisar a incidência e características de trabalho das crianças e adolescentes, com idade entre 5 e 16 anos incompletos, no Brasil;
- ii.** Avaliar os fatores socioeconômicos que se associam à probabilidade de oferta do trabalho de crianças e adolescentes;
- iii.** Analisar as características das famílias cujos pais trabalharam enquanto crianças, separando-as entre aquelas em que apenas as mães trabalharam, apenas os pais ou ambos trabalharam;
- iv.** Verificar se o fato dos pais terem trabalhado (apenas a mãe, apenas o pai e ambos) enquanto crianças afeta a probabilidade de trabalho infantil dos filhos, e se esse efeito se difere entre filhos e filhas;
- v.** Analisar se o fato de terem desenvolvido trabalho infantil influencia a probabilidade de pobreza atual dos pais, verificando se há um efeito diferencial quanto a quem foi trabalhador infantil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, discute-se brevemente o modelo de alocação do tempo da família proposto por Basu (1999) e Emerson e Souza (2002). Uma vez que, a decisão de trabalhar está associada à necessidade do indivíduo em obter recursos, ou seja, está vinculada a função de utilidade, esse modelo nos permite compreender como se dá a escolha ótima de distribuição de tempo dos membros da família.

2.1 Modelo de alocação do tempo da família

Os modelos que tratam das decisões familiares quanto à alocação do tempo de seus membros fornecem as bases teóricas para a compreensão dos mecanismos que podem determinar o trabalho infantil. Modelos neoclássicos unitários da oferta de trabalho assumem que as decisões familiares são conjuntas. Por outro lado, modelos coletivos da oferta de trabalho consideram que o processo decisório da família é resultado da barganha entre os seus membros (FERNANDES, 2008).

O modelo unitário parte do pressuposto de que apesar das famílias serem constituídas por diversos indivíduos, esses se agrupam em uma função de utilidade correspondente a um agregado. Assim, presume-se que os rendimentos auferidos por cada um dos membros sejam agrupados num único orçamento comum, que resulta em uma função de demanda por bens e lazer conjunta para a família. Assume-se que a alocação de consumo no interior da família é sistematicamente ótima, tornando-se relevante apenas à forma como a distribuição dos recursos ocorre entre as famílias (ALDEMAN et al., 1995).

Algumas das limitações do modelo unitário dizem respeito à suposição de que a família possa ser representada por um único agente tomador de decisão (o ditador benevolente), falhando em considerar as influências de preferências individuais. Em modelos coletivos, por outro lado, as preferências de todos os membros da família são relevantes para a tomada de decisão, de modo que cada membro possui sua própria função utilidade e cada uma dessas exerce peso na função de bem-estar do domicílio.

Nesse cenário, a tomada de decisão tende a depender de diversos fatores, como por exemplo, o domicílio pode estabelecer que quanto maior for à renda de determinado indivíduo, maior será seu poder de barganha. Assim, é a interação entre os indivíduos da família, seja cooperativa ou não cooperativa, que determinará o comportamento econômico da família. Logo, decisões quanto ao lazer e consumo não dependeriam apenas do total de recursos disponíveis, mas do controle de cada membro sobre os recursos (KASSOUF, 2002).

Basu (1999) apresentou um modelo baseado no poder de barganha dos indivíduos familiares para explicar o trabalho infantil. Considerou que a família é composta por dois agentes: pai (agente 1) e uma criança (agente 2), e que nessa economia existia somente um bem. Pressupôs ainda que cada pessoa da família preocupa com o consumo de todos os membros da família. Nesse modelo, a função utilidade será uma média ponderada das utilidades de cada indivíduo, sendo o poder de barganha (peso) a contribuição de cada agente para a renda familiar.

No desenvolvimento de seu modelo, alicerçou sua análise nos axiomas do luxo e substituição de Basu e Van (1998) os quais, o primeiro pressupunha que a educação e o lazer

das crianças podem ser considerados bens de luxo, de modo que à medida que o nível de renda de uma família aumenta, o seu consumo em educação e lazer aumenta mais que proporcionalmente. Ou seja, o aumento da renda familiar deve vir acompanhado da diminuição da utilização do trabalho das crianças em prol de maior consumo de educação e de lazer para esses membros da família. Já o segundo admitia que o trabalho infantil pode ser substituto da mão-de-obra adulta com alguma correção de escala. Isto significa que a criança é capaz de realizar todo e qualquer tipo de trabalho que o adulto faz, com alguma diferença na eficiência ou habilidade, fruto da desproporção de força física, idade ou experiência.

Considerando que os pais valorizam o não trabalho dos filhos, mas que as crianças podem ser direcionadas ao mercado de trabalho por meio de uma estratégia para reduzir a pobreza e garantir a sobrevivência da família, Basu (1999) construiu um modelo de geração sobreposta com dois períodos, no primeiro período o indivíduo é criança e mora com os pais e no segundo período, o mesmo indivíduo é pai e tem um filho. Neste modelo, trabalho e estudo (*proxy*, para fonte de capital humano) foram consideradas escolhas mutuamente exclusivas. Admitiu dois equilíbrios, no primeiro os pais enviavam seu filho ao trabalho em tempo total, e ao não adquirir capital humano (por meio da educação) essas crianças continuavam pobres quando adultas e, portanto, também tinham que mandar precocemente seu filho ao mercado de trabalho, retratando a armadilha do trabalho infantil. No outro ponto de equilíbrio, quando a criança era enviada para a escola, ao se tornar adulta, tinha a oportunidade de enfrentar um ciclo virtuoso.

Sustentando as suposições feitas por Basu (1999) em relação à armadilha do trabalho infantil, Emerson e Souza (2002) buscam refutar a hipótese do modelo unitário de alocações intradomiciliares no contexto do trabalho infantil, supondo que filhos e filhas são tratados de forma semelhante. Como contraponto, apresentam um modelo coletivo de oferta de trabalho em que as famílias são compostas por mãe, pai e n crianças. As preferências de cada membro da família são valorizadas e pressupõe-se que os pais sejam altruístas. Os filhos podem alocar seu tempo entre atividades remuneradas ou não, havendo um *trade-off* entre o trabalho infantil e a aquisição de capital humano pela criança, e uma vez que o mercado de capitais é imperfeito, as famílias não são capazes de adquirir recursos para financiar o estudo dos seus filhos. Nesse cenário, o problema da maximização da utilidade da família é dado por:

$$\begin{aligned} \text{Max}U &= \lambda u_p(c_p, c_m, c_b, c_1, \dots, c_n, l_p, l_m, h_1, \dots, h_n, n; z_p) \\ &+ (1 - \lambda) u_m(c_p, c_m, c_b, c_1, \dots, c_n, l_p, l_m, h_1, \dots, h_n, n; z_m) \end{aligned} \quad (1)$$

Sujeito à seguinte restrição:

$$c_p + c_m + c_b + \sum_{j=1}^n c_j \leq (1 - l_p)w_p + (1 - l_m)w_m + \sum_{j=1}^n (1 - e_j)w_c + I_p + I_m \quad (2)$$

em que U representa a função utilidade da família; u_p e u_m são as funções de utilidade do pai e da mãe, respectivamente. A variável c_p reflete o consumo do pai; c_m o consumo da mãe; c_b consumo dos bens em comum; c_1, \dots, c_n a soma do consumo de cada criança, onde n refere-se ao número de filhos. O parâmetro λ mostra o poder de barganha, onde $\lambda \in [0,1]$. O lazer do pai e da mãe são dados por l_p e l_m , respectivamente. Nesse modelo, os pais valorizam e cuidam da formação de capital humano dos filhos, h_1, \dots, h_n . O salário do pai, da mãe, e da criança são representados por w_p, w_m, w_c , respectivamente. Já os termos z_p e z_m são as características individuais, do domicílio e da sociedade que influenciam a utilidade do pai e da mãe, respectivamente. I_p e I_m são as rendas exógenas não laborais do pai e da mãe, e e_j o tempo da criança na escola.

Assume-se que cada indivíduo possua sua própria dotação de tempo. Os pais alocam esse tempo entre trabalho e lazer, sendo o tempo gasto no trabalho dado por $1 - l$. As crianças, por sua vez, dividem seu tempo entre escola e trabalho, de modo que o tempo trabalhado é dado por $1 - e$. Nesse modelo, as taxas de salários do pai e da mãe são dadas por suas funções de produção, que são exclusivamente determinadas pelo nível de aquisição de capital humano, quando estes ainda eram crianças. Tem-se assim, que o trabalho realizado pelos pais enquanto crianças pode ser responsável por comprometer a acumulação de capital humano, reduzindo seu potencial de rendimento futuro, que por sua vez, associa-se à decisão de oferta de trabalho dos membros do domicílio.

A aquisição de capital humano é uma função que depende do nível de escolaridade, sendo influenciada por diferentes tecnologias, que variam de acordo com as habilidades e características de cada criança, bem como pela educação dos pais, de modo que a escolaridade dos filhos depende do capital humano do seu domicílio. Assim, as crianças transformam sua educação em capital humano, a partir da seguinte tecnologia idiossincrática:

$$h_j = f_j(e_j; h_p, h_m) \forall j \quad (3)$$

em que $f_j(0) = 1$. Diante tais pressupostos, pode-se simplificar o problema do domicílio em:

$$MaxU = \lambda u_p(C, h_1, \dots, h_n; z_p) + (1 - \lambda)u_m(C, h_1, \dots, h_n; z_m) \quad (4)$$

Sujeita à seguinte restrição orçamentária:

$$C = h_p + h_m + \sum_{j=1}^n (1 - e_j) + I_p + I_m \quad (5)$$

Substituindo a restrição (5) e a tecnologia (3) na função utilidade, tem-se:

$$\begin{aligned} MaxU = & \\ & \lambda u_p(h_p + h_m + \sum_{j=1}^n (1 - e_j) + I_p + I_m, f_1(e_1; h_p, h_m), \dots, f_n(e_n; h_p, h_m); z_p) + \\ & (1 - \lambda)u_m(h_p + h_m + \sum_{j=1}^n (1 - e_j) + I_p + \\ & I_m, f_1(e_1; h_p, h_m), \dots, f_n(e_n; h_p, h_m); z_m) \end{aligned} \quad (6)$$

Obtendo as condições de primeira ordem:

$$\frac{\partial U}{\partial e_j} : \lambda \left[\frac{\partial u_p}{\partial e_j} (-1) + \frac{\partial u_p}{\partial f_j} \cdot \frac{\partial f_j}{\partial e_j} \right] + (1 - \lambda) \left[\frac{\partial u_m}{\partial e_j} (-1) + \frac{\partial u_m}{\partial f_j} \cdot \frac{\partial f_j}{\partial e_j} \right] = 0 \quad (7)$$

As condições de primeira ordem mostram que se os pais enviam seus filhos ao mercado de trabalho, as utilidades marginais dos pais serão reduzidas, visto que o exercício do trabalho reduz a desenvolvimento de capital humano, afetando sua capacidade de gerar rendas futuras. Por conseguinte, a educação dos filhos afeta diretamente a utilidade dos pais, elevando-a.

Emerson e Souza (2002) consideram que o rendimento do adulto é igual ao total de capital humano acumulado por ele quando criança, de modo que, a escolha ótima do tempo que a criança dedica à escola depende do capital humano acumulado pelo adulto na família. Assim, o chefe da família (adulto) irá optar por enviar seu filho ao trabalho desde que a contribuição do trabalho da criança para o consumo presente da família supere os benefícios

do acréscimo de consumo futuro que a família poderia obter caso o seu filho continuasse os estudos e obtivesse uma taxa de salário e de renda superiores no período seguinte.

3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Nesta seção, apresenta-se uma revisão da literatura econômica sobre a transmissão intergeracional do trabalho infantil e acerca do trabalho infantil passado como determinante da pobreza atual, destacando evidências empíricas sobre os temas.

3.1 Transmissão Intergeracional do Trabalho Infantil

Na literatura é consenso que a situação de pobreza pode levar os pais a enviarem seus filhos precocemente ao mercado de trabalho. Como resultado, alguns trabalhos como de Emerson e Souza (2003), Aquino *et al.* (2010) e Sarkar e Sarkar (2016), apontam para a probabilidade de o trabalho infantil se perpetuar entre gerações da mesma família, dado que o trabalho durante a infância tende a comprometer o acúmulo de capital humano das crianças que, no futuro, pode limitar sua produtividade e, por sua vez, perpetuar a pobreza e o trabalho infantil.

Emerson e Souza (2003) forneceu evidências empíricas de que pais que eram crianças trabalhadoras são mais propensos a enviarem seus filhos para trabalhar em comparação com os pais que não eram crianças trabalhadoras. No modelo desenvolvido, os autores utilizaram ainda, variáveis de controle referentes à educação dos pais, ao número de irmãos, ao gênero da criança e ao nível de urbanização da residência da família, constatando que apesar da educação dos pais ser um importante fator condutor da armadilha do trabalho infantil, não é o único. A razão para isso é que apesar de isolar o efeito da família, da renda e do nível de educação dos pais, o ciclo de trabalho infantil persistiu, de modo que o efeito do trabalho infantil dos pais pode ser mais complexo do que a suposta relação de capital humano.

Jafarey e Lahiri (2005) analisaram a relação entre persistência intergeracional de educação, renda e trabalho infantil no Reino Unido. Em suas análises supuseram que as decisões sobre a alocação do tempo das crianças são feitas pelos pais, e que essas sofrem fortes influências da estrutura familiar, da dotação de capital humano e da renda domiciliar. Verificou-se que pais que não estudaram teriam um nível de renda menor, e, portanto, maior possibilidade de inserirem os filhos precocemente no mercado de trabalho, de modo que, os pais sempre colocam seus filhos para trabalhar quando o salário de mercado não possibilita o

nível de consumo de subsistência, constatou ainda que a oferta de trabalho infantil de cada domicílio seria decrescente com o salário de mercado.

Aquino *et al.* (2010) investigaram empiricamente a existência de armadilha do trabalho infantil no Brasil com base em dados das PNAD's de 1992 e 2004. Esses autores executaram ainda, separadamente, análises para áreas rurais e urbanas, a fim de verificar se a persistência intergeracional do trabalho infantil pode ser atribuída a peculiaridades das áreas rurais e urbanas. Além de reafirmar a existência da armadilha, foram encontradas evidências de que o efeito do trabalho infantil dos pais sobre trabalho infantil é maior nas áreas rurais em comparação com as áreas urbanas e que a magnitude do efeito reduziu substancialmente entre 1992 e 2004.

Buscando analisar a existência de transmissão intergeracional do trabalho infantil no Brasil e nas regiões geográficas do país, Moreira e Teixeira (2015) construíram um o modelo a partir de microdados da PNAD 2012. Verificou-se que o fato da pessoa de referência ter sido trabalhador infantil implica em uma maior probabilidade das crianças tornarem-se ociosas, o que também pode ser considerado negativo visto que crianças podem exercer outras atividades, sendo estas até ilegais. Evidenciou-se ainda, o efeito positivo da educação da pessoa de referência sobre a decisão de seus filhos em realizar trabalho infantil. Por fim, observou-se que a região geográfica brasileira de maior impacto intergeracional foi à região Nordeste.

Sarkar e Sarkar (2016) desenvolveram um modelo dinâmico de gerações sobrepostas para destacar o papel da desigualdade de renda na explicação da persistência do trabalho infantil, mesmo diante o declínio da pobreza na Austrália em 2012. Admitindo o investimento diferencial em duas formas de capital humano, a escolaridade e a saúde, consideraram que a presença de desigualdade dá origem a uma distribuição de renda não convergente no estado estacionário, de modo que a armadilha do trabalho infantil tende a persistir apesar do aumento da renda *per capita*. Assim, propuseram políticas públicas voltadas a oferta pública de educação de modo a reduzir os custos de escolaridade para os pobres ou para o aumento da eficácia da infraestrutura de saúde pública.

De modo geral, esses estudos revelam que o mecanismo da transmissão intergeracional do trabalho infantil pode estar associado à acumulação de capital, já que o fato de o adulto ter trabalhado durante a infância tende a desencadear em uma menor aquisição de capital humano ao longo da vida, o que acaba prejudicando seus salários quando adultos. Diante menores rendimentos os pais passam a alocar seus filhos ao mercado de trabalho

precocemente, como meio para complementar a renda familiar, criando um ciclo vicioso do trabalho infantil e pobreza.

3.2 O trabalho infantil passado como determinante da pobreza atual

Na literatura são diversas as consequências levantadas acerca da inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, englobando desde danos de caráter físico, psíquico, moral e intelectual até prejuízos socioeconômicos. O trabalho infantil tira o direito de viver plenamente a infância, sobretudo no campo da acumulação de capital humano (BRAGA; CACCIAMALI, 2003; SOUZA, 2010). Nesse contexto, o menor trabalhador tende a se tornar o adulto incapaz de concorrer em igualdade de condições com aqueles que tiveram seus direitos e liberdades infantis assegurados (BRAGA; CACCIAMALI, 2003).

Em geral, a literatura tem apontado que o trabalho infantil, seja ele remunerado ou não, possui efeitos negativos sobre a escolarização e saúde das crianças e adolescentes. Kassouf (2000) ao investigar o impacto da entrada precoce no mercado de trabalho sobre os rendimentos e a saúde dos adultos no Brasil a partir de dados da PNAD de 1995, constatou que quanto mais jovem o indivíduo começa a trabalhar, menor o seu salário na fase adulta, dado seu menor nível de instrução. Além disso, verificou que o fato de a pessoa ter começado a trabalhar ainda criança afetou negativamente sua saúde na fase adulta.

Ilahi, Orazem e Sedlacek (2000) desenvolveram um modelo em que se consideram os efeitos diretos (independente do efeito na educação) e os efeitos indiretos (por meio dos efeitos na educação) do trabalho infantil sobre o salário dos adultos, renda e pobreza no Brasil. Os resultados sugerem que a entrada precoce na força de trabalho reduz os anos de escolaridade assim como os retornos salariais por ano de escolaridade. Por outro lado, algumas evidências revelaram que o trabalho infantil pode criar capital humano ocupacional, que por sua vez, pode refletir em aumento nos salários quando adultos. Independente disso, os efeitos adversos do trabalho infantil sobre a escolaridade e salários futuros se sobressai. Desse modo, aqueles adultos que foram crianças trabalhadoras possuem maior probabilidade de estar no quintil de renda mais baixa, e portanto, de estarem abaixo da linha da pobreza de renda. Logo, uma redução do trabalho infantil poderia melhorar salários de adultos, renda e *status* de pobreza.

Ferro e Kassouf (2004) encontraram resultados semelhantes ao investigarem o impacto do trabalho infantil sobre a frequência escolar e condições socioeconômicas futuras. Observaram que crianças que trabalham têm maior probabilidade de não frequentar a escola,

de apresentar um rendimento escolar menor e atingir um nível de escolaridade final mais baixo do que o alcançado por aquelas que não trabalham. Como resultado desses fatores, constataram que quando adultos esses indivíduos auferem menores salários que aqueles que começaram a trabalhar mais tarde (FERRO; KASSOUF, 2004).

Partindo do modelo proposto inicialmente por Becker (1965), Kassouf (2007) aponta que a escola é um investimento que gera custos no presente e benefícios no futuro. Assim, crianças que não trabalham e possuem custos com educação, tendem a ter acesso restrito a quantidade de bens de consumo no presente, mas ganho adicional no futuro, advindo do maior nível educacional. Haveria, assim, um *trade-off* entre o trabalho infantil e o tempo na escola. A autora conclui que apesar do trabalho infantil gerar benefícios imediatos na forma de renda, ele produz custos significantes, sobretudo no futuro, decorrente do fato de a criança não ter estudado.

Souza (2010) assinalou que o trabalho infantil interdita direitos básicos da criança, como educação e lazer, seja por submeter um ser em formação a atividades perigosas, penosas ou degradantes, seja por afetar sua relação com a escola, o aprendizado e seu desenvolvimento educacional. Considerou que este último é um dos mais perversos danos do trabalho precoce ao limitar profundamente as oportunidades e ganhos indispensáveis na idade adulta. Em sua análise, as crianças trabalhadoras, privadas do aprendizado e, portanto, com escassas possibilidades de inserir-se futuramente no mercado de trabalho, dificilmente superariam as condições de pobreza herdada dos pais, de modo que manteria o ciclo perverso e contínuo de pobreza e exclusão social, sendo o desenvolvimento socioeconômico limitado.

Duarte e Silveira Neto (2014) investigaram o impacto do trabalho infantil na remuneração do indivíduo na idade adulta no meio rural brasileiro. O modelo foi estimado em dois estágios, incluindo no primeiro modelo as características pessoais dos indivíduos e avaliando os fatores que determinam a participação das crianças e adolescentes no mercado de trabalho no Brasil para, logo após, estimar uma segunda equação referente à inserção destes em uma localidade específica (meio rural), como instrumento de correção do viés de seletividade. Considerando diferentes faixas de renda, os resultados revelaram que o trabalho infantil reduz as chances de melhores remunerações do indivíduo adulto, impacto que se intensifica quanto menores faixas de renda dos indivíduos. Além disso, verificou-se que na região Sul não houve influência negativa do trabalho infantil para os quantis mais elevados de rendimento, ressaltando as diferenças regionais.

Freitas, Lima e Silva (2017) verificaram o efeito do trabalho infantil sobre o rendimento dos adultos no mercado de trabalho formal brasileiro, com os microdados da

PNAD 2008, e observaram que o fato do indivíduo ter trabalhado quando criança afetou negativamente os rendimentos provenientes do trabalho formal na vida adulta e este impacto foi ainda maior considerando o quantil mais elevado de renda. Além disso, constatou-se que boas condições de saúde influenciaram positivamente os níveis de salário.

Em síntese, diversos estudos (KASSOUF, 2000, 2002; ILAHI ET AL., 2000; EMERSON; SOUZA, 2003) tem revelado que há forte impacto negativo da entrada precoce no mercado de trabalho sobre a geração de renda futura, resultante principalmente da baixa escolaridade e baixo desempenho escolar ao longo da vida, o que restringem as oportunidades de emprego a postos de baixa qualificação e, conseqüentemente, de baixa remuneração, contribuindo para reprodução do ciclo da pobreza da família.

Nesse contexto, tais trabalhos revelam que existe um círculo vicioso entre o trabalho infantil e a pobreza, que se retroalimenta. É consensual que a pobreza conduz ao trabalho precoce. Diante as atividades laborais, o tempo das crianças e dos adolescentes é redistribuído, e as atividades educacionais acabam lesadas, provocado desde a evasão escolar até cansaço, desmotivação, desinteresse, o que conseqüentemente resulta em baixo rendimento escolar. O processo formativo incompleto e falho gera pessoas com inaptidão cognitiva e intelectual e sem qualificação profissional, e em razão desse despreparo, estas pessoas estão fadadas ao desemprego ou ao subemprego. Como consequência esses indivíduos tendem a possuírem salários aviltados pela baixa ou nenhuma qualificação, resultando naquilo que foi causa do trabalho infantil: pobreza. E assim, de pai para filho, transmitem-se e perpetuam-se a penúria.

4 METODOLOGIA

4.1 Estratégia Empírica

Este trabalho avalia duas questões: os fatores que se associam com o trabalho infantil (evidenciando o papel da oferta de trabalho infantil dos pais) e o efeito do trabalho infantil sobre a pobreza atual dos adultos. Em ambos os casos, tem-se uma variável dependente dicotômica: Y_1 igual a 1 se a criança ou adolescente trabalha⁴ e zero caso contrário, e Y_2 igual

⁴ Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos que trabalharam na semana de referência da aplicação da PNAD 2015, incluindo atividades laborais remuneradas ou não.

a 1 se a família se situa abaixo da linha de pobreza de meio salário mínimo (renda *per capita* inferior a R\$394,00 em 2015)⁵ e zero caso contrário.

A primeira relação de interesse consiste na influência do *status* de trabalhador infantil dos pais e de fatores socioeconômicos da família sobre a probabilidade de trabalho infantil dos filhos (Y_{1i}), identificada por meio da seguinte equação:

$$\begin{aligned}
 Y_{1i} = & \beta_1 + \beta_2 \text{apenaspaitrabalhou}_i + \beta_3 \text{apenasmãetrabalhou}_i \\
 & + \beta_4 \text{ambos_trabalharam}_i + \beta_5 \text{idade_criança}_i \\
 & + \beta_6 \text{sexo_criança}_i + \beta_7 \text{criança_não_estuda}_i \\
 & + \beta_8 \text{anos_estudo_mãe}_i + \beta_9 \text{anos_estudo_pai}_i \\
 & + \beta_{10} \text{sexo_do_chefe}_i + \beta_{11} \text{idade_chefe}_i \\
 & + \beta_{12} \text{trabalho_formal_chefe}_i + \beta_{13} \text{irmãos_menores14}_i \\
 & + \beta_{14} \text{domicílios_pobres}_i + u_i
 \end{aligned} \tag{8}$$

em que Y_{1i} é a variável dependente, que assume valor igual a 1 se a criança ou adolescente se encontrava trabalhando na semana de referência da pesquisa, e zero caso contrário. $\text{apenaspaitrabalhou}_i$ é a variável *dummy status* de trabalhador infantil do pai, em que o valor 1 é atribuído caso apenas o pai tenha trabalhado no período que tinha de 5 a 15 anos; $\text{apenasmãetrabalhou}_i$ é a variável *dummy status* de trabalhador infantil da mãe, em que o valor 1 é atribuído caso apenas a mãe tenha trabalhado no período que tinha de 5 a 15 anos; $\text{ambos_trabalharam}_i$ é a variável *dummy status* de trabalhador dos pais, em que o valor 1 é atribuído caso o pai e a mãe tenham trabalhado no período que tinham idade entre 5 e 15 anos.

Tem-se ainda uma série de variáveis de controle: sexo_criança_i é a variável *dummy* em que o valor 1 é atribuído para sexo masculino da criança/adolescente; idade_criança_i refere-se a idade da criança/adolescente; $\text{criança_não_estuda}$ em que assume valor 1 se a criança/adolescente não estuda e zero caso contrário; idade_chefe refere-se a idade do chefe do domicílio; sexo_do_chefe_i é a variável *dummy* em que o valor 1 é atribuído para chefes do sexo feminino; $\text{trabalho_formal_chefe}_i$, assume valor igual a 1 se o chefe do domicílio estiver empregado no setor formal na semana de referência da pesquisa; anos_estudo_mãe_i e anos_estudo_pai_i refere-se a quantidade de anos estudados da mãe e do pai ,

⁵ Pobreza de renda, referente ao salário mínimo de 2015 (788 reais), ano da base de dados utilizada.

respectivamente; *irmão_menores14* assume valor 1 se as criança/adolescentes possuem irmãos menores de 14 anos ; *domicílios_pobres_i* refere-se à renda familiar excluindo a renda da criança, sendo igual a 1 se o domicílio possui renda *per capita* menor que 394 reais.

A segunda relação de interesse consiste em analisar se o trabalho infantil passado influencia a probabilidade de pobreza atual dos domicílios no Brasil, identificada por meio da seguinte equação:

$$Y_{2i} = \beta_1 + \beta_2 \text{apenas_pai_trabalhou}_i + \beta_3 \text{apenas_mãe_trabalhou}_i + \beta_4 \text{ambos_trabalharam}_i + \beta_5 X_i' \gamma + u_i \quad (9)$$

$Y_{2i} = 1$ se o domicílio da criança/adolescente possui renda *per capita* abaixo da linha de pobreza⁶ e 0 caso contrário. A variável *apenas_pai_trabalhou_i* refere-se ao fato de apenas o pai ter começado a trabalhar entre 5 a 15 anos, em que o valor 1 é atribuído caso tenha trabalhado no período; *apenas_mãe_trabalhou_i* é a variável *dummy status* de trabalhador infantil da mãe, em que o valor 1 é atribuído caso apenas a mãe tenha trabalhado no período que tinha de 5 a 15 anos; *ambos_trabalharam_i* indica que tanto o pai como a mãe começaram a trabalhar entre 5 a 15 anos; $X_i' \gamma$ refere-se a um vetor de variáveis⁷ de controle que inclui:

- i. Características do domicílio: Inclui variáveis relacionadas à habitação, à situação do domicílio em relação ao acesso adequado de serviços básicos necessários para manter um determinado nível de bem-estar e saúde, e dimensões relativas à posse de bens duráveis que possibilitam o acesso a informações. Assim, considera-se as variáveis: condição do domicílio (próprio ou não); acesso a água; acesso a esgoto; acesso a eletricidade; acesso à coleta de lixo; presença de televisão, rádio e telefone/computador. Tais variáveis foram selecionadas a partir do trabalho de Barros et al. (2006), considerando as variáveis tidas essenciais ao se analisar a pobreza via abordagem das necessidades básicas.
- ii. Características dos pais e do chefe do domicílio como: anos de estudo do pai e da mãe, o sexo (em que o valor 1 é atribuído para sexo feminino), a raça (igual a 1 se é negro e

⁶ Inclusive a renda da criança.

⁷ No quadro 1 no apêndice, encontram-se mais detalhes acerca das variáveis na segunda relação de interesse.

O caso contrário), tamanho família, se está empregado formalmente, idade, horas trabalho do chefe.

- iii. Variáveis de localização: Indica onde o domicílio está localizado, se na zona urbana ou rural (é igual a 1 se o domicílio se encontra na área urbana), e a qual macrorregião brasileira pertence.

As equações são estimadas por meio de um Modelo de Probabilidade Linear que fornece diretamente os efeitos marginais de cada variável de interesse sobre as probabilidades de trabalho infantil e de pobreza. Nesse modelo, a expectativa condicional de Y_i dadas as variáveis explicativas (X_i), pode ser interpretada como a probabilidade condicional de que o evento ocorra, dadas as variáveis de controle, isto é, $\Pr(Y_i = 1|X_i)$.

A estratégia empírica adotada inclui uma série de controles observáveis às estimações para identificar o efeito isolado das variáveis de interesse. Caso se possa assumir que a única razão pela qual os domicílios em que os pais trabalharam enquanto crianças diferem daqueles em que os pais não ofertaram trabalho infantil se deve às essas características observáveis, então, os efeitos estimados poderiam ser interpretados como causais. No entanto, podem haver fatores não observáveis que determinem ao mesmo tempo a maior propensão ao trabalho infantil dos pais e dos filhos, como outras variáveis socioeconômicas, de ambiente, cultura e normas sociais. Se esse é o caso, a inabilidade em incluí-las impede que os efeitos sejam interpretados como causais. Da mesma forma, devem haver variáveis não observáveis que favorecem o fato do adulto ter ofertado trabalho enquanto criança e sua probabilidade de pobreza atual (como por exemplo: o ambiente em que cresceu, oportunidades, motivação e habilidade). Assim, os resultados aqui alcançados não necessariamente refletem efeitos causais do trabalho infantil dos pais sobre o atual trabalho dos filhos e sobre a pobreza dos adultos. No entanto, fornecem importantes evidências iniciais quanto à direção e magnitude de correlação entre essas variáveis.

4.2 Fonte de Dados

Neste trabalho são utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao ano de 2015. Seus dados são coletados a partir de uma amostra nacional representativa de residentes, contendo dados pessoais e domiciliares, realizada pelo IBGE. Na presente análise iremos considerar apenas crianças que moram no mesmo domicílio que a mãe e o pai. Vale ressaltar que será utilizada a mesma base de dados para ambas as estimativas apresentadas.

A PNAD considera como trabalho infantil qualquer atividade laboral exercida por indivíduos com idade entre 5 anos e 16 anos incompletos, na semana de referência da pesquisa, englobando tanto os trabalhos fora do domicílio quanto atividades realizadas no ambiente domiciliar, remuneradas ou não. Para ambas as estimações, os dados são analisados a nível individual, de modo que, para um domicílio com mais de uma criança, considera-se a ocorrência de trabalho infantil para cada uma das crianças deste domicílio e não apenas se houve ou não oferta de trabalho infantil por alguma criança residente no domicílio em questão.

Além disso, a amostra utilizada em ambas as estimações é formada apenas por crianças e adolescentes que vivem em domicílios em que há a presença tanto do pai quanto da mãe (a fim de evidenciar os impactos do trabalho de cada um dos pais e de ambos sobre o trabalho infantil). Sabe-se que domicílios monoparentais, em geral, são mais susceptíveis ao trabalho infantil. No entanto, esse recorte foi realizado para se cumprir com os objetivos específicos desta pesquisa.

Nesse trabalho são considerados como pobres aqueles domicílios cuja renda *per capita* encontre-se abaixo da linha da pobreza de meio salário mínimo adotada pelo Governo Federal no valor de 394 reais por pessoa, já que segundo McInahan e Kelly (2006), pobre é aquele indivíduo que não possui renda o suficiente para arcar com suas necessidades básicas.

5 RESULTADOS

5.1 Perfil do trabalho infantil no Brasil: um retrato de crianças e adolescentes em domicílios com famílias nucleares

A alocação de tempo de crianças e adolescentes está interligada a diversos fatores individuais e sociais, amplamente discutidos na literatura empírica e teórica. Na Tabela 1 apresenta-se um conjunto de atributos observados de crianças e adolescentes brasileiros com idade entre 5 e 15 anos que vivem com a mãe e uma figura paterna, subdivididos entre crianças e adolescentes que trabalham e que não trabalham, segundo os dados da PNAD 2015. Os resultados revelam que 3,24% dessas crianças e adolescentes dessa amostra estavam efetivamente ocupadas em 2015.

No que se refere à região de residência, verifica-se que, considerando somente o total de crianças e adolescentes trabalhadores, o Nordeste e Sudeste compreendem o maior percentual, 27,12% e 24,05%, respectivamente. Em termos absolutos, 0,88% das crianças e adolescentes dessa amostra são trabalhadores e residentes no Nordeste, enquanto que 0,78%

são trabalhadores e residentes no Sudeste. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de tais regiões serem as mais populosas. Vale ressaltar que quando as regiões são analisadas individualmente, considerando o total de crianças e adolescente de cada região, eliminando esse efeito população, obtém-se um resultado diferente. Na região Norte, 4,5% das suas crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos são trabalhadoras, de modo que em termos relativos essa região passa a abranger a maior parcela de crianças trabalhadoras, enquanto que a região Sudeste passa a deter a menor porcentagem (2,62%).

Tabela 1: Características de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos no Brasil por situação de ocupação, 2015

Situação de ocupação das crianças ou adolescentes	Não trabalham	Trabalham
Atributos	%	
Região		
Sudeste	29,92	24,05
Sul	14,70	17,68
Centro-Oeste	10,12	7,34
Norte	16,95	23,81
Nordeste	28,31	27,12
Situação censitária		
Urbana	81,09	54,96
Rural	19,91	45,04
Sexo		
Feminino	49,20	29,06
Masculino	50,80	70,94
Raça		
Amarela e Indígena	0,76	0,68
Preta e parda	56,67	67,31
Branca	42,57	31,99
Acesso à rede de ensino		
Não estuda	3,14	7,77
Estuda	96,86	92,23
Médias		
Idade	10	14
Tamanho da família	4	5
Renda domiciliar	453,52	402,34
Número de Crianças/adolescentes	21195467	708348

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: Porcentagens calculadas consideram o total de crianças englobadas em cada categoria (se trabalham ou se não trabalham). Amostra definida apenas para crianças e adolescentes que vivem com ambos os pais.

Com relação à situação censitária, ao se considerar o total de crianças e adolescentes trabalhadores, a zona urbana (54,96%) é onde está a maior proporção delas (versus 45,04% na

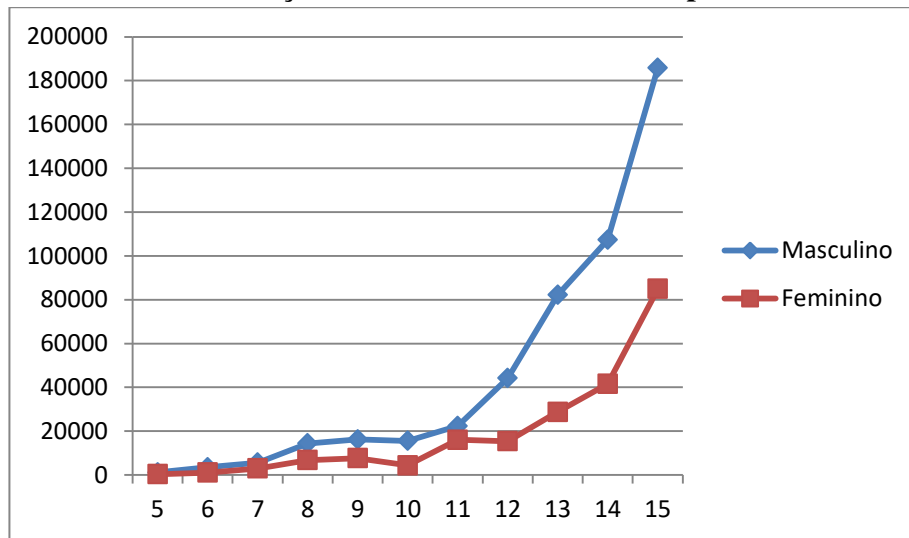
zona rural), essa diferença pode estar relacionada ao fato da região urbana abrigar a maior parte (62,28%) das crianças e adolescentes dessa amostra.

Quanto às características diretas das crianças e adolescentes, a maior parte das trabalhadoras é do sexo masculino (70,94%), embora seja importante salientar que o trabalho doméstico, desempenhado com maior frequência por meninas, é muitas vezes culturalmente normalizado, de modo que atividades domésticas acabam por serem subnotificadas. Observa-se que independentemente da situação de ocupação, mais de 50% da amostra foi declarada como negra ou parda, o que segundo Vieira (2016) pode estar diretamente relacionado com a tendência brasileira de miscigenação e com o reconhecimento da população negra em relação à própria cor, condição que corrobora para que mais pessoas se identifiquem como pretas. Segundo dados do IBGE, a participação dos pardos passou de 45,3% para 46,7%, e a dos pretos de 7,4% para 8,2%, entre 2012 e 2016. Quanto à idade das crianças, a média é maior para crianças e adolescentes que trabalham, o que pode ser em parte explicado pelo aumento da produtividade diante aumento da idade, influenciando a admissão de crianças e adolescentes nos postos de trabalhos.

Em relação ao acesso à educação, 7,77% das crianças e adolescentes que trabalham, não estudam. Ao analisar a frequência escolar sob quatro situações (trabalha e estuda, trabalha e não estuda, não trabalha e estuda, e não trabalha e nem estuda) tem-se que 3,08% das crianças e adolescentes não trabalham e nem estudam e essa porcentagem cai para 0,17% para as crianças que trabalham e não estudam, o que pode indicar que além do trabalho outros fatores podem interferir no acesso à escola. Vale ressaltar que no Brasil é dever do estado assegurar à criança e ao adolescente ensino fundamental e médio, obrigatório e gratuito.

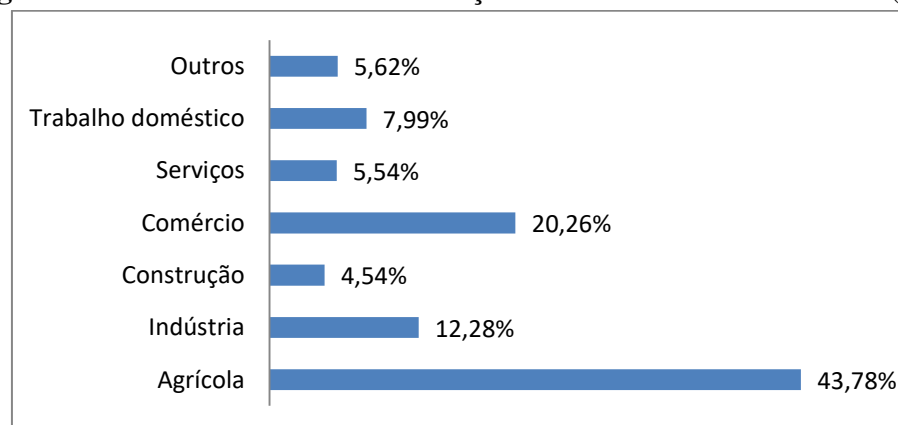
No tocante à renda domiciliar *per capita*, a média é maior em domicílios que não possuem crianças e adolescentes trabalhadores. Ademais, o número médio de pessoas na família sobe para famílias com crianças e adolescentes trabalhadores. Em linhas gerais, esses dados sugerem que famílias em que os filhos trabalham tendem a registrarem menor renda *per capita* e maior proporção de dependentes, condições que segundo Kassouf (2010), Cacciamali, Ferreira Batista e Tatei (2011) tendem a aumentar a vulnerabilidade e a necessidade da renda gerada pelas crianças e adolescentes.

O trabalho infantil varia conforme as características das crianças e adolescentes. Na Figura 1 observa-se a incidência de trabalho conforme faixa de idade e sexo. Nota-se que o trabalho infantil é mais incidente entre crianças e adolescentes do sexo masculino, em todas as faixas de idade. Percebe-se uma intensificação desse aumento quando os meninos e meninas passam de 13 para 15 anos, sendo esse mais significativo para os meninos.

Figura1- Número de crianças/adolescentes trabalhando por idade e sexo no Brasil, 2015

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em relação ao tipo de atividade exercida pelas crianças e adolescentes, 43,78 % são atuantes no setor agrícola, o que pode estar relacionada ao alto percentual de crianças e adolescentes trabalhadores na zona rural, correlacionada a ideia de trabalho de subsistência. O comércio é a segunda maior atividade realizada pelas crianças e adolescentes trabalhadores, com 20,26% da parcela de trabalhadores infantis, como se pode observar no Figura 2. Mas vale salientar novamente, que o trabalho doméstico desenvolvido em maior frequência pelas meninas, pode estar subnotificado, de modo que o percentual de execução dessa atividade laboral talvez seja na realidade maior.

Figura 2- Setores de trabalho das crianças e dos adolescentes no Brasil (%)

Fonte: Resultados da pesquisa.

A participação de meninos e meninas em cada setor oscila conforme tipo de atividade e localização dessas. Na Tabela 2 observa-se que crianças e adolescentes do sexo masculino

são dominantes em todas as categorias e zonas de localização, exceto em atividades laborais domésticas, exercidas em grande maioria por crianças e adolescentes do sexo feminino. Quando se analisa os tipos de atividade de cada zona censitária, há uma divergência quanto aos principais e mais frequentes trabalhos.

Tabela 2- Tipo de atividades que as crianças e os adolescentes realizam, segundo o sexo no Brasil (em %)

Sexo	Rural							Total
	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Trabalho doméstico	Outros	
	%							
Feminino	16,63	3,05	0,00	2,81	0,17	2,41	0,96	26,03
Masculino	58,16	8,21	0,88	4,68	0,80	0,37	0,84	73,96
	Urbana							
Feminino	1,26	4,70	0,00	15,85	2,99	8,58	3,68	36,06
Masculino	8,27	6,13	5,98	31,35	5,40	2,03	4,78	63,94

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Nota-se que na zona rural, atividades agrícolas são mais frequentes, englobando 74,79% das crianças e adolescentes trabalhadores, enquanto que no meio urbano, o comércio é a principal fonte de trabalho infantil, com 47,20 % dos trabalhadores. Os dados apontam que a jornada de trabalho das crianças e dos adolescentes é, em média, de 16 horas semanais. Ademais, 54,63 % das crianças e adolescentes que trabalham não recebem remuneração em dinheiro. No grupo de trabalhadores infantis remunerados a média salarial é R\$246,00, média que varia com a idade da criança ou adolescente, como se pode verificar na Tabela 3.

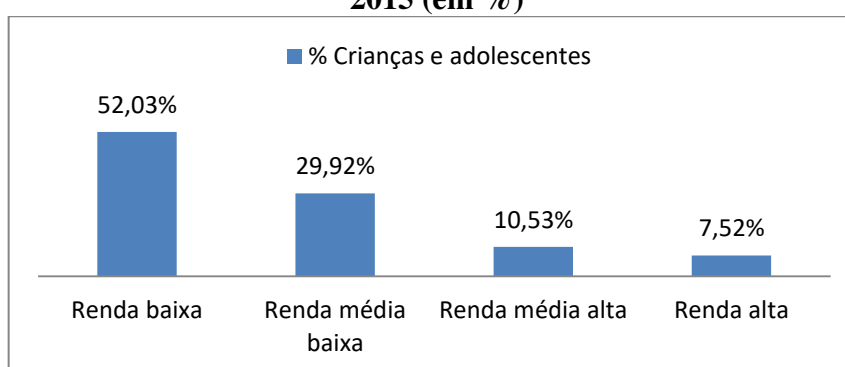
Tabela 3 – Remuneração média das crianças e adolescentes no Brasil, segundo idade, 2015

Idade	Média remuneração das crianças e adolescentes	Proporção de crianças/adolescentes trabalhadoras
6	R\$ 26,00	0,65%
7	R\$54,00	1,22%
8	R\$ 60,00	2,99%
9	R\$ 72,00	3,37%
10	R\$ 210,00	2,82%
11	R\$ 240,00	5,43%
12	R\$ 168,00	8,43%
13	R\$ 176,00	15,7%
14	R\$ 202,00	21,06%
15	R\$ 310,00	38,32%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Observa-se que a média de remuneração cresce conforme aumenta a idade, oscilando negativamente entre as idades de 11 e 14 anos, voltando a crescer posteriormente, o que pode estar relacionado ao vetor produtividade. Vale observar que a proporção de crianças/adolescentes trabalhando aumenta conforme eleva a idade dessas. A literatura aponta que a condição de pobreza é um dos principais fatores responsáveis para o ingresso de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Na Figura 3, pode-se verificar a porcentagem de crianças trabalhadoras por estrato de renda *per capita* domiciliar.

Figura 3 - Crianças e adolescentes no trabalho, por estrato renda familiar, no Brasil, 2015 (em %)



Fonte: Resultados da pesquisa.

Constata-se que as crianças e os adolescentes em famílias mais pobres são mais propensas a trabalhar, dado que 52,03% das que trabalham pertencem ao estrato de renda *per capita* mais pobre na mostra analisada. No entanto, o fato de 7,52% das crianças das famílias mais ricas trabalharem assinala que outros fatores podem influenciar esse fenômeno.

Características familiares, sobretudo dos chefes do domicílio, também tendem a interferir diretamente na alocação do tempo dos membros da família, sendo, portanto, importantes condicionantes do trabalho infantil (KASSOUF, 2007; FERREIRA; CACCIAMALI, 2007). Na Tabela 4, apresenta-se a distribuição de um conjunto de particularidades dos chefes de domicílio, segundo condição de ocupação das crianças.

De acordo com os dados, 29,05% dos domicílios com crianças e adolescentes trabalhadores são chefiados por mulheres, enquanto que 70,95% são chefiados por homens, ou seja, a incidência de trabalho infantil parece se concentrar em domicílios chefiados por homens. Esse resultado se deve principalmente ao fato de que a amostra considerada apenas engloba domicílios com a presença de ambos os pais, onde a chefia feminina ainda é menos presente.

Tabela 4- Características de chefes de domicílio no Brasil segundo situação de ocupação das crianças, 2015

Atributos	Situação de ocupação das crianças e adolescentes	
	Criança não trabalha	Criança Trabalha
	%	
Sexo do chefe		
Feminino	24,50	29,05
Masculino	75,50	70,95
Raça		
Amarela e indígena	0,74	1,47
Preta e Parda	60,45	64,60
Branca	38,81	33,93
Nível de instrução		
Sem instrução	10,64	10,52
Fundamental incompleto	35,34	38,88
Fundamental completo	10,56	8,07
Médio incompleto	4,04	6,49
Médio completo	26,63	22,39
Superior incompleto	5,20	4,14
Superior completo	7,94	9,51
Chefe do domicílio foi trabalhador infantil		
Não	42,17	17,35
Sim	57,83	82,65
Situação de ocupação		
Ocupada	67,15	49,25
Desocupada	32,85	50,75
Possui carteira assinada		
Sim	41,84	40,34
Não	58,16	59,66
Médias		
Idade	42,41	44,52
Salário	R\$1300,00	R\$764,00
Horas semanais de trabalho	41	46

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: Porcentagens calculadas consideram o total de crianças englobadas em cada categoria.

Observa-se semelhanças em relação à raça dos chefes de domicílio para ambas as situações de ocupação das crianças e adolescentes, predominando na amostra chefes pretos ou pardos, resultado consonante ao perfil das crianças e adolescentes dessa amostra. Outro ponto de semelhança seria o nível de instrução, observa-se que em ambas as situações de ocupação das crianças e adolescentes, chefes de domicílio possuíam em sua maioria ensino fundamental incompleto, sendo essa condição mais acentuada em chefes de domicílios com crianças ou adolescentes trabalhadores. Com relação à idade dos chefes, os dados indicam que em domicílios com crianças ou adolescentes ocupados, a média de idade dos chefes são superiores.

No que se refere à condição de trabalhador infantil do chefe, 58,63 % dos chefes dessa amostra declaram que desempenharam atividades laborais antes dos 15 anos. Ademais,

observa-se que em domicílios com crianças ou adolescentes trabalhadoras, a condição de trabalhador infantil dos chefes se mostrou mais acentuada.

Com relação à condição de ocupação dos chefes, em domicílios com crianças ou adolescentes trabalhadores, os chefes são mais predispostos a não possuírem carteira assinada, condição essa, que é mais frequente para chefes mulheres, segundo os dados da amostra 61,46% das mulheres chefes de domicílios com crianças ou adolescentes trabalhadores, não possui carteira assinada. Ao se tratar da alocação de tempo ao trabalho, chefes com famílias cujas crianças e adolescentes trabalham, em geral, exercem mais horas de trabalho se comparados aos chefes de famílias que não possuem trabalhadores infantis. O número médio de horas trabalhadas semanalmente (no trabalho remunerado) pelos chefes de domicílio com crianças e adolescentes trabalhadoras era de 46 horas contra a média de 41 horas para chefes de domicílios onde as crianças e adolescentes não são trabalhadoras.

Quanto aos salários dos chefes, em domicílios com crianças e adolescentes trabalhadoras a média salarial do chefe é, de modo geral, menor que em domicílios onde as crianças e adolescentes não são trabalhadores. De acordo com os dados, a média salarial é R\$764,00 para chefes de domicílios que possuem algum trabalhador infantil, subindo para R\$1300,00 para chefes de domicílios onde as crianças e adolescentes não são trabalhadores.

Tais resultados revelam que crianças e adolescentes trabalhadoras estão em uma situação de maior vulnerabilidade social, à medida que *status* de trabalhador infantil do chefe é mais acentuado para crianças e adolescentes que trabalham. Ademais, seus familiares possuem em sua maioria baixos índices educacionais, menores rendas, e maiores dificuldades de se instalarem no mercado de trabalho e, quando instalados, se encontram em sua maioria em postos de trabalho mais precário (informal e com mais horas de trabalho).

5.2 Características dos domicílios segundo condição de pobreza do domicílio

Na Tabela 5, apresentam-se características dos domicílios brasileiros de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, distribuídas segundo condição de pobreza do domicílio, ou seja, se o domicílio se encontra acima ou abaixo da linha da pobreza. Ressalta-se que os dados apresentados nesta seção também se concentram sobre os domicílios onde ambos os pais estão presentes. Nesse trabalho são considerados domicílios pobres aqueles com renda *per capita* abaixo de R\$ 394,00 em 2015.

Tabela 5 - Características dos domicílios brasileiros de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, segundo a renda *per capita* dos domicílios, 2015.

Características	Condição de pobreza do domicílio	
	Acima da linha da pobreza	Abaixo da linha da pobreza
	%	
Chefe foi trabalhador infantil		
Sim	55,82	62,24
Não	44,18	37,76
Condição do domicílio		
Próprio (já pago ou pagando)	73,82	69,38
Outros	24,97	30,33
Acesso água canalizada		
Não	2,15	15,21
Sim	97,85	84,79
Acesso à esgoto		
Não	42,46	71,07
Sim	57,54	28,93
Acesso à eletricidade		
Não	0,24	1,69
Sim	99,76	98,31
Presença de televisão, rádio e telefone/computador.		
Não	0,35	1,23
Sim	99,65	98,77
Acesso coleta de lixo		
Não	5,98	28,60
Sim	94,02	71,40
Sexo do Chefe		
Feminino	33,63	55,23
Masculino	66,37	44,77
Situação censitária		
Urbana	87,82	71,64
Rural	12,18	28,36
Região		
Nordeste	26,34	25,48
Norte	8,86	21,87
Centro-Oeste	8,91	5,82
Sul	13,85	15,30
Sudeste	41,42	31,53

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2015.

No que se refere ao fato do chefe do domicílio ter sido trabalhador infantil, em geral os dados revelaram que independente da condição de pobreza do domicílio, mais da metade dos chefes dessa amostra exerceram atividades laborais quando crianças. No entanto, observa-se que entre os domicílios abaixo da linha da pobreza, essa incidência de trabalho infantil

passado é cerca de 7 pontos percentuais maior. Tais dados são consonantes com os de Souza (2010) ao observar que indivíduos brasileiros que ingressaram no mercado de trabalho precocemente normalmente ocupam cargos mais baixos dentro mercado de trabalho posteriormente e, portanto, tenderiam a auferir rendas menores.

Quanto às características dos domicílios, 43,77% deles se encontram abaixo da linha da pobreza. No que se refere à condição do domicílio, mais da metade das famílias dessa amostra apresentam domicílios próprio, já pago ou pagando, independente da renda *per capita* do domicílio. Quanto ao acesso à água tratada, domicílios com renda *per capita* abaixo da linha da pobreza são mais vulneráveis à falta de rede de tratamento, dado que 15,21 % desses domicílios não possuem acesso à rede de tratamento de água.

Em relação ao acesso a rede de esgoto, mais da metade (71,07%) dos domicílios pobres não possuem. Apesar da maioria dos domicílios possuírem eletricidade, observa-se que domicílios pobres são mais propensos a não possuírem acesso a rede elétrica. Quanto à coleta de lixo, 28,6% dos domicílios não possuem coleta seletiva de lixo, descartando esses em locais inapropriados. No que diz respeito à posse de bens comunicação, 1,23% dos domicílios pobres não têm em suas casas nenhum dos itens a seguir: televisão; rádio; telefone; microcomputador ou *tablet*.

Esses dados sugerem que domicílios mais pobres são mais propensos a não terem acesso a bens e serviços básicos. Vale lembrar que diversos estudos (ARAUJO; MOSSI; SCHADY, 2016; BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006) têm mostrado que indivíduos com acesso adequado a estes serviços têm menores chances de ter sua saúde e bem-estar comprometidos.

Ao se considerar o sexo do chefe do domicílio, verifica-se que a proporção de mulheres chefes vivendo abaixo da linha de pobreza (25,74%) é maior do que a proporção de chefes homens (17,44%). Este fato corrobora com a hipótese de existência de feminização da pobreza, segundo a qual, domicílios chefiados por mulheres são mais vulneráveis a pobreza do que domicílios chefiados por homens (MEDEIROS; COSTA, 2008; BATISTA, 2019), mesmo em domicílios biparentais.

Verifica-se, no que se refere à região de residência, que o Sudeste tem a maior concentração de domicílios pobres, seguido, pela região Nordeste, o que pode ser explicado pelo fato dessas regiões englobarem a maior quantidade de domicílios dessa amostra. Ademais, a maior parte dos domicílios se encontra na zona urbana, mas vale ressaltar que domicílios pobres são mais suscetíveis a se encontrarem na zona rural.

Esses resultados revelam que domicílios que se encontram abaixo da linha da pobreza, em geral, possuem acesso mais restrito a bens e serviços básicos, como água encanada, coleta de lixo, esgoto e energia elétrica. Além disso, a condição passada de trabalhador infantil do chefe é mais acentuada em domicílios pobres e, assim, como a literatura econômica aponta, lares pobres são em grande maioria chefiados por mulheres.

5.3 Fatores associados ao trabalho infantil

A estimação da equação (8) permite avaliar os fatores que se associam com a probabilidade de crianças e adolescentes trabalharem no Brasil. Na Tabela 6, encontram-se os resultados dessa estimação, onde em (1) o modelo foi estimado sem os controles, visando evidenciar somente os efeitos associados ao papel da oferta de trabalho infantil dos pais. Em (2) os controles são incluídos, permitindo identificar os mecanismos pelos quais os efeitos das variáveis de interesse se manifestam.

Como pode ser observado na Tabela 6, todas as variáveis explicativas de interesse (*status* de trabalhador infantil da mãe, do pai e de ambos) foram estatisticamente significativas para explicar a probabilidade de crianças e adolescentes trabalharem, em ambas as especificações. A especificação (1) mostra que o fato da mãe, do pai e de ambos terem ofertado trabalho infantil elevam, de maneira isolada, a probabilidade de trabalho das atuais crianças e adolescentes. Nota-se ainda que a inclusão das variáveis de controle de (1) para (2) leva a uma redução na magnitude desses coeficientes, embora não altere suas significâncias estatísticas. Tais resultados sugerem que a estimação sem as variáveis de controle superestima o efeito dos *status* de trabalhador infantil dos pais sobre a probabilidade das crianças e adolescentes trabalharem. Dessa forma, a estimação (2) que incorpora as variáveis de controle se torna mais adequada para explicar a probabilidade de crianças e adolescentes ofertarem mão-de-obra.

De acordo com os resultados da estimação (2), a oferta de trabalho infantil da mãe, do pai e de ambos, aumenta em 0,2; 0,9 e 4 pontos percentuais (p.p.), respectivamente, as chances da criança ou adolescente ingressar precocemente no mercado de trabalho. Tais estimativas corroboram com a hipótese inicial de que o trabalho infantil dos pais aumentaria a probabilidade de trabalho dos filhos, sendo os resultados consonantes com aqueles obtidos por Emerson e Souza (2003) e Aquino et al (2010), que evidenciam a perpetuação do trabalho infantil via mecanismo intergeracional.

Tabela 6: Fatores associados à probabilidade da criança ou adolescente trabalhar no Brasil, 2015

Variável dependente		
Y=1 se crianças e adolescentes trabalham		
Variáveis independentes	(1)	(2)
Mãe trabalhadora infantil	0,0113*** (0,0015)	0,0022* (0,0015)
Pai trabalhador infantil	0,0177*** (0,0032)	0,0090*** (0,0032)
Ambos trabalhadores infantis (pai e mãe)	0,0637*** (0,0027)	0,0484** (0,0025)
Anos Estudo mãe		-0,0014*** (0,0002)
Anos Estudo Pai		-0,0016*** (0,0002)
Idade chefe		0,0001* (0,0011)
Sexo do Chefe		0,010*** (0,0020)
Carteira Assinada Chefe		-0,0138* (0,0017)
Sexo da criança		0,0244*** (0,0017)
Idade da criança		0,0088*** (0,0003)
Criança não estuda		0,0439*** (0,0088)
Possui irmãos menores de 14 anos		0,0142*** (0,0052)
Domicílios pobres		0,0038* (0,0021)
Constante	0,0095*** (0,0009)	0,0397*** (0,0089)
Observações	38203	38203
Teste F	187,57	356,05
Prob>F	0,000	0,000
R²	0,0208	0,6432

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade. Asterisco simples (*), duplo (**) e triplo (***) denotam significância a 10%, 5% e 1%, respectivamente; e NS indica não significância.

Constatou-se ainda que as chances de trabalho infantil se alteram quando apenas a mãe, apenas o pai ou ambos os pais trabalharam quando crianças, existindo, portanto, um efeito diferencial quanto a quem, entre os pais, exerceu o trabalho infantil. Em magnitude, o efeito da condição de trabalhador infantil de ambos é maior do que apresentado pela condição individual da mãe ou do pai. Além disso, ao se comparar a influência da oferta de trabalho infantil da mãe e a do pai sobre esse fenômeno, verifica-se que a condição do pai é mais

influyente, o que pode estar relacionado ao maior poder de barganha do homem no processo de decisão intradomiciliar sobre as escolhas econômicas e sociais da família.

Este maior poder de barganha influencia diretamente sobre a forma de alocação do tempo da criança e do adolescente. Bertocchi, Brunetti e Torricelli (2014), ao verificarem os determinantes da responsabilidade no processo de decisão intradomiciliar sobre as escolhas econômicas da família na Itália, nos anos de 1989 a 2010, observaram que homens possuem maior poder de barganha dentro do domicílio, e, portanto, apresentam maiores chances de serem responsáveis pela tomada de decisão intradomiciliar. Verificaram ainda que a probabilidade de a mulher ser responsável pelas decisões econômicas aumenta conforme elas se equiparam ou superam aos seus cônjuges em termos de características como idade, educação e renda.

Em relação ao nível de educação dos pais, importante determinante do trabalho infantil, os resultados mostram que quanto maior o nível de instrução do pai e da mãe, menor a probabilidade das crianças e adolescentes trabalharem. Os resultados evidenciam ainda que o nível de instrução da figura paterna é mais influente sobre esse fenômeno, o que também pode está relacionado ao maior poder de barganha da figura masculina. O fato da escolaridade dos pais serem benéfica para redução desse fenômeno pode estar associado ao fato de que pais com um níveis educacionais mais elevados tendem a possuírem maiores acessos a informações, prezando mais por investimentos em educação dos filhos, ao considerarem que o benefício marginal da educação é maior que o retorno atual do trabalho infantil.

Quanto aos efeitos associados às variáveis de controle, no que concerne às características dos chefes da família todas as variáveis foram estatisticamente significativas em nível de 1%. De acordo com os resultados, a idade do chefe aumenta em 0,1 p.p. a probabilidade de trabalho dos filhos, isto é, chefes mais velhos registram maior chance de oferta de mão de obra de suas crianças. Em relação ao sexo do chefe, observa-se que o fato do chefe da família ser do sexo feminino tem impacto direto e positivo sobre a probabilidade de a criança exercer atividades laborais: tem-se um aumento de aproximadamente 1 ponto percentual na probabilidade de trabalho infantil, tudo o mais constante. É importante ressaltar que esses domicílios são usualmente aqueles mais vulneráveis em distintas dimensões. De acordo com dados da PNAD 2015, famílias chefiadas por mulheres ainda se encontram concentradas em faixas de renda *per capita* mais baixas: 53,4% vivem com até um salário mínimo por mês. Ao se analisar a renda domiciliar *per capita* média mensal de uma família chefiada por um homem o valor obtido é de R\$ 707,00 ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher é de apenas de R\$ 391 em 2015 (IBGE, 2015).

Em relação ao nível de informalidade dos chefes no mercado de trabalho, as evidências encontradas se revelaram consistentes com os achados de Duryea e Arends-Kuenning (2003), de acordo com os quais a informalidade dos chefes da família tem uma correlação positiva com o trabalho infantil. O fato de o chefe estar formalmente empregado reduz em 1,38 pontos percentuais a probabilidade dos pais enviarem seus filhos ao mercado de trabalho, constatando-se que a estabilidade de fonte de renda e garantias de direitos trabalhistas parece assim, ser um importante fator desta decisão.

No tocante às características da estrutura familiar, os resultados revelaram que crianças e adolescentes que possuem irmãos menores de 14 anos possuem maiores chances de trabalharem na infância, fato que pode ser justificado tanto pela elevação da demanda pelo tempo dedicado ao trabalho doméstico quanto pela importância da renda obtida com o trabalho das crianças, dada a maior proporção de dependentes. Em linhas gerais, estudos como o de Hill e Duncan (1987) sugerem que o número de irmãos e a idade desses, aumentam a probabilidade de trabalho infantil, visto que essas famílias tendem a registrar menor renda *per capita*, fator que aumenta a vulnerabilidade e a necessidade da renda gerada pelas crianças.

Considerando as condições socioeconômicas do domicílio, ao se observar os efeitos da condição de pobreza sobre o trabalho infantil constatou-se uma relação direta entre a pobreza e a probabilidade de trabalho infantil, ou seja, domicílios com renda *per capita* abaixo da linha da pobreza têm maiores chances de enviarem suas crianças e adolescentes ao mercado de trabalho. Esse resultado é consonante como o verificado por Rabelo e Costa (2020) ao verificarem que as múltiplas dimensões da pobreza contribuem para a ocorrência de trabalho infantil no Brasil.

Em suma, os resultados apontam para a possibilidade de transmissão de *status* sociais entre gerações, ou seja, o fato de os pais terem exercido trabalho infantil durante a infância está correlacionado com o aumento da probabilidade de que seus filhos também exerçam. Além disso, nota-se um diferencial quanto a quem (pai e/ou mãe) exerceu precocemente alguma atividade laboral, o que pode ser explicado pela possibilidade de a figura masculina apresentar maior poder de barganha dentro das escolhas intradomiciliares. Em geral, observou-se que o fato de ambos os pais trabalharem no passado foi a variável com maior correlação com o trabalho infantil das crianças e adolescentes, reforçando a ideia de que características passadas dos pais tendem a interferirem nas condições presentes de seus filhos, confirmando a hipótese inicial de que há uma transmissão intergeracional de trabalho infantil no Brasil. Ademais, é possível observar uma correlação positiva entre famílias com

características socioeconômicas mais vulneráveis e probabilidade de trabalho infantil dos filhos.

No tocante às características das crianças, observa-se que o gênero é um importante determinante do trabalho infantil. Os resultados revelam que os meninos são mais propensos ao trabalho que as meninas, embora seja relevante salientar que este resultado pode ser decorrente da invisibilidade do trabalho infantil feminino, bem como de sua subnotificação. No que se refere à idade, observa-se que quanto mais velha a criança ou adolescente, maior a probabilidade de ela trabalhar, o que pode estar ligado ao aumento da produtividade. Ao considerar a frequência escolar de crianças e adolescentes, observa-se que crianças e adolescentes que não estudam possuem maior probabilidade de ingressarem precocemente no mercado de trabalho. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Cerdas (2003) e DeGraff, Ferro e Levison (2014) ao analisarem as características do trabalho infantil e da escolaridade, na Costa Rica e no Brasil, respectivamente, e verificarem que o tempo dedicado ao trabalho infantil compete com o tempo dedicado aos estudos.

Uma vez que os resultados sugerem que o gênero seja um importante determinante do trabalho infantil, investiga-se a possibilidade de que pais e mães tomem decisões diferentes de acordo com o gênero do filho. Para isso, a equação (8) foi estimada para filhos e filhas, separadamente. Os resultados dessas estimações estão dispostos na Tabela 7. As colunas (1) e (3) referem-se às estimações para filhas e filhos, respectivamente, considerando apenas o *status* de trabalhador infantil da mãe, do pai e de ambos. As colunas (2) e (4), referentes às filhas e os filhos, respectivamente, incluem outros controles, a fim de capturar os efeitos de outras características dos pais e da condição econômica do domicílio sobre a probabilidade de trabalho das crianças e adolescentes.

Em todas as 4 especificações, todas as variáveis explicativas de interesse (*status* de trabalhador infantil da mãe, do pai e de ambos) foram estatisticamente significativas e positivas para explicar a probabilidade de crianças e adolescentes trabalharem, não importa o sexo da criança.

Nota-se que a inclusão das variáveis de controle de (1) para (2) e de (3) para (4) leva a uma redução na magnitude dos coeficientes, embora não altere suas significâncias estatísticas. Isso se deve à correlação entre as variáveis de interesse e os controles inseridos. Assim, interpretam-se as especificações em (2) e (4), que incorporam as variáveis de controle.

Tabela 7: Fatores associados à probabilidade da criança ou adolescente trabalhar no Brasil, por sexo, 2015

Variável dependente				
Y=1 se crianças e adolescentes trabalham				
	Filhas		Filhos	
Variáveis independentes	(1)	(2)	(3)	(4)
Mãe trabalhadora infantil	0,0122*** (0,0017)	0,0112*** (0,0018)	0,0083*** (0,0030)	0,0064*** (0,0024)
Pai trabalhador infantil	0,0194*** (0,0040)	0,0012*** (0,0036)	0,0140** (0,0055)	0,0167** (0,0052)
Ambos trabalhadores infantis (pai e mãe)	0,0638*** (0,0031)	0,0279*** (0,0030)	0,0439*** (0,0050)	0,0675*** (0,0039)
Anos Estudo mãe		-0,0005** (0,0003)		-0,0022** (0,0004)
Anos Estudo Pai		-0,0008*** (0,0003)		-0,0024** (0,0004)
Idade da criança		0,0054*** (0,0004)		0,0118*** (0,0005)
Criança não estuda		0,0219*** (0,0102)		0,0561*** (0,0128)
Sexo do Chefe		0,0063*** (0,0023)		0,0146*** (0,0033)
Idade chefe		0,0001* (0,0001)		0,0001* (0,0001)
Carteira Assinada Chefe		-0,0070* (0,0017)		-0,0194** (0,0027)
Possui irmãos menores de 14 anos		0,0101*** (0,0061)		0,0166** (0,0083)
Domicílios pobres		0,0002* (0,0023)		0,0067*** (0,0034)
Constante	0,0092*** (0,0010)	0,0397*** (0,0089)	0,0102*** (0,0018)	0,0385*** (0,0104)
Observações	28909	18546	9249	59331
Teste F	162,89	25,80	25,80	24,80
Prob>F	0,000	0,000	0,000	0,000
R²	0,1808	0,6432	0,1564	0,6241

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade. Asterisco simples (*), duplo (**) e triplo (***) denotam significância a 10%, 5% e 1%, respectivamente; e NS indica não significância.

Os resultados revelam que embora a condição passada de trabalhador infantil do pai, da mãe e de ambos afete positivamente a probabilidade de meninos e meninas ofertarem trabalho, as magnitudes desses efeitos diferem para filhas e filhos. As estimativas sugerem que o *status* de trabalhador infantil do pai apresenta maior correlação com (elevando proporcionalmente mais) as chances de trabalho infantil dos filhos do que das filhas. Por outro lado, a condição passada de trabalhadora infantil da mãe é mais influente (com efeito

marginal maior em magnitude) sobre filhas do que sobre filhos. Tais resultados são consonantes aos encontrados por Emerson e Souza (2002) ao examinarem os efeitos das diferenças intradomiciliares de gênero sobre a ocorrência de trabalho infantil no Brasil. Além disso, ao analisar o efeito de ambos os pais trabalharem verifica-se que esse impacto é 2 pontos percentuais maiores sobre os filhos.

No que se refere a nível educacional dos pais, observa-se que quanto maior a escolaridade do pai e da mãe, menores são as chances de filhos e filhas ingressarem precocemente no mercado de trabalho. Verificou-se ainda, que tanto a educação do pai como da mãe parece ser mais influente sobre a probabilidade de trabalho das crianças e adolescentes do sexo masculino, diferente dos resultados apresentados por Emerson e Souza (2002) que verificaram que assim como a condição de trabalhador infantil, a escolaridade da mãe tem um impacto maior na situação de trabalho infantil de uma filha do que na de um filho, e a do pai é maior para filhos.

Em relação às demais variáveis de controle, verifica-se que, independente do gênero da criança ou adolescente, seus efeitos sobre a possibilidade de trabalho infantil seguem a mesma direção de correlação encontrada na estimação geral, mas vale ressaltar que, em magnitude, esses efeitos parecem ser mais influentes sobre crianças do sexo masculino. Em síntese, tais resultados revelam que as características dos pais, das crianças e do ambiente socioeconômico influem sobre as chances de trabalho infantil dos filhos. Ademais, a condição passada de trabalhador infantil dos pais afetam positivamente a probabilidade de trabalho infantil tanto dos filhos quanto das filhas, embora, haja um efeito diferencial quanto à intensidade desse impacto, já que as condições das mães são mais influentes sobre filhas e a dos pais sobre os filhos.

5.4 Efeitos do trabalho infantil passado sobre a probabilidade de pobreza atual

O modelo especificado pela equação (9) avalia os efeitos do trabalho infantil passado dos pais sobre a possibilidade de pobreza atual dos domicílios no Brasil. Na Tabela 8, encontram-se os resultados dessa estimação, onde em (1) o modelo foi estimado sem os controles, visando evidenciar somente os efeitos associados ao papel da oferta de trabalho infantil dos pais. Em (2) são incluídos controles referentes às características dos chefes e ao fator locacional. Posteriormente, em (3) são adicionadas características dos domicílios.

Verifica-se na especificação (1) que o fato da mãe ter ofertado trabalho quando criança não foi estatisticamente significativa para explicar a probabilidade de pobreza atual do

domicílio. Já o fato do pai ter sido trabalhador infantil e ambos terem sido trabalhadores infantis se mostraram significativas, elevando a probabilidade de pobreza atual. A inclusão das variáveis de controle de (1) para (2) torna a variável mãe trabalhadora infantil significativa estatisticamente, o que pode ser indício de viés de seleção na especificação (2), ou da possibilidade de que (1) sofra de viés de variável omitida que subestima a significância desta variável.

O viés de seleção pode decorrer do fato de que domicílios em que mães trabalharam quando crianças são diferentes em termos não observáveis daqueles em que as mães não ofertaram trabalho infantil, de modo que a inclusão dos controles observáveis em (2) e (3) não são capazes de lidar com tais diferenças. Uma vez que essa parece uma hipótese plausível, neste trabalho, interpreta-se com cautela a especificação contendo todos os controles (uma vez que eles podem ser endógenos). Mesmo com a inclusão de controles nas estimações (2) e (3), nota-se que os efeitos negativos do fato do pai ter sido trabalhador infantil e ambos os pais terem ofertado trabalho enquanto crianças permaneceram significativos. Assim, tem-se uma indicação mais robusta quanto à relevância dessas variáveis para a explicação da probabilidade de pobreza do que do efeito isolado da mãe ter trabalhado.

Na estimação (3) foram inclusos controles referentes às condições de acesso dos domicílios a bens e serviços considerados básicos, já que a literatura apresenta que domicílios com baixa infraestrutura são mais vulneráveis à condição de pobreza. Nota-se que a inclusão de controles de (2) para (3) não altera a significância das variáveis, e apesar dos coeficientes variarem, a direção desses permanecem as mesmas. Assim interpreta-se a especificação (3), dado que esse modelo se mostrou mais significativo.

De acordo com os resultados da especificação (3), a condição passada de trabalhador infantil da mãe, do pai e de ambos afetam positivamente a possibilidade dos domicílios se encontrarem abaixo da linha da pobreza, o que pode estar diretamente associado às perdas sociais e educacionais ao longo do tempo, que acabam por influenciar as condições futuras. Tais resultados são similares com os encontrados por Kassouf (1999) e Barros et al (1994) ao analisarem a relação entre o trabalho infantil e os rendimentos futuros. Esses autores verificaram que o fato do indivíduo ter trabalhado quando criança afeta negativamente os rendimentos provenientes do trabalho formal na vida adulta, associando esse resultado, ao nível educacional e condições de saúde dos indivíduos. No geral, os dados indicam que indivíduos que trabalharam quando crianças possuem menores anos de escolaridade, fator que tende a contribuir para que esses se encontrem abaixo da linha da pobreza.

Tabela 8: Fatores associados à probabilidade de pobreza dos domicílios, Brasil, 2015

Variável dependente			
Y=1 se o domicílio encontra-se abaixo da linha de pobreza			
Variáveis independentes	(1)	(2)	(3)
Mãe trabalhadora infantil	0,1240 ^{NS} (0,0062)	0,0229*** (0,0054)	0,0186*** (0,0053)
Pai trabalhador infantil	0,0137** (0,0103)	0,0628*** (0,0085)	0,0631*** (0,0085)
Ambos trabalhadores infantis	0,0760*** (0,0067)	0,0659*** (0,0059)	0,0638*** (0,0058)
Idade do chefe		0,0090*** (0,0002)	0,0086*** (0,0002)
Sexo do chefe		0,0879*** (0,0054)	0,0835*** (0,0054)
Anos estudo do chefe		-0,030*** (0,0005)	-0,0283*** (0,0005)
Chefe negro		0,0202*** (0,0068)	0,0253*** (0,0068)
Carteira assinada chefe		-0,0820*** (0,0048)	-0,0587*** (0,0048)
Horas de trabalho chefe		-0,0051*** (0,0001)	-0,0051*** (0,0001)
Tamanho Família		0,0822*** (0,0019)	0,0778*** (0,0019)
Urbana		-0,1696*** (0,0059)	-0,0463*** (0,0086)
Sudeste		-0,0124** (0,0064)	-0,1164*** (0,0064)
Sul		-0,1113*** (0,0074)	-0,1147*** (0,0074)
Centro-Oeste		-0,1113 (0,0084)	-0,1076 (0,0084)
Nordeste		0,0690*** (0,0064)	0,0597*** (0,0064)
Acesso à água Canalizada			-0,0565*** (0,0085)
Acesso à rede de esgoto			-0,0932*** (0,0049)
Coleta de lixo			-0,1075*** (0,0095)
Acesso à eletricidade			-0,0089 ^{NS} (0,0231)
Bens comunicação			-0,1493*** (0,0309)
Condição do domicílio			-0,0131*** (0,0025)
Constante	0,3714*** (0,0047)	1,1492*** (0,0169)	1,0865*** (0,0287)
Observações	38203	38203	38203
Teste F	155,21	1771,49	1399,08
Prob>F	0,000	0,000	0,000
R²	0,0120	33,19	44,45

Fonte: Resultados da pesquisa

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade. Asterisco simples (*), duplo (**) e triplo (***) denotam significância a 10%, 5% e 1%, respectivamente; e NS indica não significância.

No que se refere à magnitude dos efeitos do *status* de trabalhador infantil da mãe e do pai, verifica-se que a condição passada de trabalhador infantil do pai exerce maior efeito sobre

a possibilidade de o domicílio ser pobre, se comparada com a condição da mãe. De acordo com os resultados, o fato da mãe ter trabalhado quando criança aumenta em 1,86 p.p as chances do domicílio se encontrar abaixo da linha da pobreza, enquanto que o *status* de trabalhador infantil do pai eleva essa probabilidade em 6,31 p.p.. Essa diferença pode estar relacionada ao fato de que a maior parte dos domicílios brasileiros terem como principal provedor o homem.

Quanto às variáveis de controle, apenas a variável acesso à eletricidade não foi estatisticamente significativa, o que pode ser explicado pelo fato de 99,65% dos domicílios dessa amostra, independente da condição de pobreza, possuir acesso à rede elétrica. No que se referem às características dos domicílios, os resultados sugerem que a probabilidade de os domicílios estarem abaixo da linha da pobreza é reduzida cerca de 5,6 p.p dado acesso adequado à água canalizada, em 9,3 p.p. para domicílios com acesso à rede de esgoto e 10,75 p.p para domicílios que apresentam coleta seletivo de lixo. Assim, comprova-se que essas dimensões da pobreza (acesso inadequado a certos itens essenciais) estão intimamente relacionadas à pobreza de renda. No que diz respeito à posse de bens de comunicação, domicílios que não possuem televisão, rádio e telefone/computador apresentam cerca de 14,93 p.p de chance a mais de se encontrarem abaixo da linha da pobreza. Constata-se assim, que a infraestrutura domiciliar adequada e o acesso a serviços contribuem para que esses domicílios não se encontrem em condição de pobreza de renda.

Em relação à condição de propriedade dos domicílios, aqueles próprios, já pagos ou não, apresentam menores chances de serem pobres. Ademais, a densidade domiciliar está correlacionada positivamente com a possibilidade dos domicílios estarem abaixo da linha da pobreza, ou seja, quanto maior o número de moradores maiores são as chances de pobreza, tudo o mais constante.

Quanto às características dos chefes do domicílio, os resultados revelam que aqueles chefiados por mulheres apresentam maior probabilidade de se encontrarem em situação de pobreza. Quanto a este aspecto, cabe ressaltar que nos últimos anos, tem-se observado crescimento dos domicílios chefiados por mulheres. De acordo com dados da PNAD, em 2002 somente 22% das famílias eram chefiadas por mulheres no Brasil, percentual que subiu para 38,8% dos domicílios em 2015. No entanto, a maior responsabilidade das mulheres por suas famílias não foi acompanhada por melhorias na renda e oportunidades de trabalho para elas, o que pode resultar em uma maior vulnerabilidade à pobreza dos domicílios chefiados por elas. Apesar do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas, ainda persiste o fardo dessas mulheres ocuparem postos de trabalho marcados pela

precariedade e informalidade, acompanhada por um elevado grau de discriminação, principalmente no que se refere à diferença salarial entre homens e mulheres. Além disso, as mulheres permanecem como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, implicando em uma sobrecarga de atividades. Desse modo, mulheres tendem a auferir salários menores que dos homens, e portanto, acabam tendo maior probabilidade de pobreza.

De acordo com os resultados, domicílios chefiados por pessoas mais velhas possuem maiores chances de pobreza: um aumento de um ano de idade do chefe eleva as chances de pobreza em 0,08 p.p. Em relação à raça, chefes negros são mais propensos a se encontrarem abaixo da linha da pobreza. Quanto ao nível educacional, observa-se que quanto maior a instrução do responsável, menor a probabilidade de pobreza, resultado esperado e consonante com o de Kassouf (2007), que verifica que adultos que foram trabalhadores infantis e possuem menor nível educacional são mais prováveis de se encontrarem nos estratos de renda mais baixos.

Quanto à formalidade do emprego do chefe, aqueles domicílios cujo os chefes são formalmente empregados, possuem menores chances de se encontrarem em situação de pobreza. Os estudos de Cacciamali (1994) e Barbosa e Corseuil (2014) mostraram que existe uma relação causal entre pobreza e informalidade do mercado de trabalho, dado o caráter seletivo do mercado de trabalho formal, que diante de barreiras de entrada (qualificação) exclui parcela da população, de forma que as pessoas pobres tendem a se encontrar informalmente empregadas. Em relação às horas de trabalho, quanto maior a jornada de trabalho do chefe menor as chances do domicílio se encontrar abaixo da linha da pobreza.

No que concerne às variáveis referentes às regiões brasileiras, observa-se que em comparação com o Norte, residir nas demais regiões, com exceção do Nordeste, reduz as chances de pobreza. O fato de as pessoas estarem residindo nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste reduzem as chances delas se encontrarem abaixo da linha da pobreza em 11,47; 10,76 e 11,64 pontos percentuais, em comparação com o Norte, respectivamente. Por outro lado, o indivíduo residir na região Nordeste aumenta as chances do domicílio ser pobre em 5,97 pontos percentuais em comparação com a região Norte. Historicamente, as regiões Nordeste e Norte, são as mais vulneráveis social e economicamente. Segundo dados da PNAD 2015, a região Norte possui o menor valor de renda familiar média no País, com estimativa de R\$ 838,06, em detrimento do Nordeste, segunda menor média com R\$ 977,85. No entanto, ao analisar a contribuição dessas para a pobreza no Brasil, a região Nordeste concentra a maior

parcela, 47,9% da pobreza do Brasil, seguido da região Norte, com 26,1%, já que se deve levar em consideração a maior densidade populacional dos estados Nordestinos.

De forma geral, observa-se que domicílios cuja mãe, o pai ou ambos trabalharam possuem maior probabilidade de se encontrarem em situação de pobreza, logo, o trabalho precoce parece de fato constituir-se em uma das causas da pobreza futura. Além disso, verifica-se que em magnitude o efeito de ambos os pais possuírem o *status* de trabalhador infantil é mais influente sobre a possibilidade de pobreza do domicílio, do que o efeito separado do pai e da mãe. As evidências ainda sugerem efeitos mais robustos do fato do pai e de ambos terem trabalhado quando crianças do que do fato das mães terem trabalhado sobre a chance de pobreza (visto que se acredita que o viés de seleção seja mais forte para elas). Uma vez que a pobreza atual é um dos determinantes da oferta de trabalho infantil da atual geração, surge a possibilidade de transmissão de pobreza e trabalho infantil por gerações seguidas, dificultando o rompimento da armadilha da pobreza no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho infantil é um problema social, político e econômico complexo e de grande relevância, sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil. Isso se deve à sua influência sobre a expectativa de vida das pessoas, a produtividade, ao reduzir o estoque de capital humano (dado que trabalho infantil tende a competir com educação), e aos desincentivos ao investimento em inovação tecnológica e aprimoramento produtivo. Em geral, o compilado desses fatores tende a influenciar negativamente os níveis de crescimento e desenvolvimento econômico.

Assim, entender os fatores que se associam à oferta precoce de mão-de-obra no Brasil, e os efeitos dessa prática sobre as condições futuras dos indivíduos são de suma importância. Dessa forma, o presente trabalho buscou responder duas principais questões: se a inserção precoce dos filhos no mercado de trabalho é influenciada pelo fato dos pais terem trabalhado enquanto crianças, e se o fato dos pais terem sido trabalhadores infantis afeta sua condição de pobreza atual, a partir de dados da PNAD 2015. Outras questões derivaram-se dessas: se os efeitos sobre as chances de trabalho infantil são diferentes quanto à quem, entre os pais, trabalhou na infância e se esses efeitos diferem entre crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino. Para responder à essas questões, as estimativas concentraram-se sobre a amostra de crianças e adolescentes pertencentes a domicílios com a presença de ambos os pais.

Os resultados indicam que o fato de os pais terem exercido trabalho infantil durante a infância aumenta a probabilidade de que seus filhos também exerçam, ou seja, revelam a possibilidade de transmissão de *status* sociais entre gerações. Além disso, observou-se que há um diferencial quanto a quem (pai e/ou mãe) exerceu precocemente alguma atividade laboral, já que em magnitude, o efeito da condição de trabalhador infantil do pai é maior que o da mãe, o que pode ser explicado pelo maior poder de barganha atribuído a figura masculina dentro das escolhas intradomiciliares em domicílios nucleares. Verificou-se ainda que o fato de ambos os pais terem trabalhado aumenta ainda mais as chances de trabalho infantil.

Observou-se que as características do chefe do domicílio (idade, sexo, anos de estudo e situação de formalidade empregatícia) desempenham papéis importantes na decisão de enviarem as crianças ao mercado de trabalho. Tais resultados ressaltam a importância de se analisar esse fenômeno social em períodos de crise como a que se implantou desde 2014, a qual acarretou quedas no PIB e aumentou as taxas de desemprego, condições que afetam diretamente as famílias à medida que essas podem afetar a restrição orçamentária dos domicílios. Em geral, tais resultados revelam que a estabilidade socioeconômica dos pais tem fortes influências sobre o trabalho infantil, de modo que políticas públicas voltadas à inserção e capacitação desses indivíduos ao mercado de trabalho trariam efeitos positivos para a redução do trabalho infantil.

Características da criança, como sexo, idade e o fato de frequentarem a escola também se mostraram correlacionadas às chances de trabalho. De acordo com os resultados, crianças ou adolescentes que não frequentam a escola têm maior a probabilidade de ingressarem precocemente no mercado de trabalho. Outro atributo pessoal relevante foi o sexo, uma vez que crianças do sexo masculino têm maior probabilidade de ingressarem no mercado de trabalho, embora possa haver subnotificação do trabalho feminino. Com o aumento da idade, as crianças possuem maiores chances de trabalharem, o que pode estar relacionado ao aumento da produtividade.

Características dos pais e das mães tendem a influírem em magnitude de forma diferente sobre a possibilidade de trabalho precoce de filhos e filhas. De acordo com os resultados, a condição de trabalhador infantil dos pais (figura paterna) é mais influente sobre filhos do que sobre filhas, enquanto que o *status* de trabalhadora infantil da mãe exerce maior efeito sobre a possibilidade de trabalho infantil de filhas do que de filhos. Tais resultados sugerem que pais tendem a tomarem decisões diferentes com base no gênero da criança ou adolecente.

Um dos fatores determinantes mais abordado nos trabalhos sobre utilização de mão-de-obra infantil é a renda. No presente trabalho a renda *per capita* domiciliar se mostrou altamente influente sobre a decisão de trabalho infantil, visto que em domicílios com renda *per capita* abaixo da linha da pobreza, as chances de ocorrência do trabalho infantil são maiores. Isto porque, segundo trabalhos analisados, em famílias de baixa renda a atividade infantil é recorrente como forma auxiliar e aumentar a renda familiar, garantindo, muitas vezes, a sobrevivência da família.

No que se refere à pobreza como um resultado do trabalho infantil passado, observa-se que domicílios cuja mãe, pai ou ambos trabalharam possuem maiores probabilidades de se encontrarem em situação de pobreza. Além disso, nota-se que a condição passada de trabalhador infantil de ambos exerce maior efeito sobre a possibilidade de o domicílio ser pobre, se comparada com o efeito separado de cada um, pai e mãe. E quando se compara o efeito do *status* de trabalhador infantil do pai com o da mãe, observa-se que a condição do pai influi mais sobre a possibilidade do domicílio se encontrar abaixo da linha da pobreza do que a condição da mãe, o que pode estar relacionado ao fato de historicamente os homens serem os principais provedores das famílias, e dado que a maior parte da presente amostra é formada por chefes do sexo masculino .

No geral, os resultados revelam que a infraestrutura domiciliar adequada e acesso a serviços básicos contribuem para que esses domicílios reduzam suas chances de pobreza de renda. O fator regional também se mostrou influente, indicando que regiões marcadas por disparidades socioeconômicas, como Norte e Nordeste, se mostraram mais suscetíveis a pobreza de renda.

Este estudo contribui para mostrar que a adoção de análises multidimensionais em torno dos determinantes e consequências do trabalho infantil são fundamentais para o delineamento de políticas públicas, haja vista que os resultados revelaram que o trabalho infantil é um problema social fruto do desequilíbrio econômico, cultural e social das sociedades, sendo relevante considerar os mais diversos fatores, em diferentes contextos econômicos. Assim, para reduzir o impacto social e econômico do trabalho infantil esse estudo propõe políticas voltadas ao bem-estar social, à redução da pobreza dos domicílios e a redução das desigualdades de gêneros para que mulheres, assim como os homens, se tornem mais resilientes em momentos de crises reduzindo a propagação da pobreza para as futuras gerações. Ademais, sugerem-se investimentos em educação de todos os membros da família e a criação de ambientes sociais seguros e saudáveis, haja vista que a estabilidade econômica das famílias se mostrou um importante determinante do trabalho infantil.

REFERÊNCIAS

- AKABAYASHI, H.; PSACHAROPOULOS, G. The Journal of The trade - off between child labour and human capital formation: A Tanzanian case study. **The Journal of Development Studies**, v. 1, p. 37–41, n. 1, 2012.
- ALDERMAN, J. et al. Unitary Versus Colletive Models of the Household: Is it Time to Shift the Burden of Proof? **International Food Policy Research Institute**, v.10, n.1 p.1-22, 1995.
- AQUINO, J. M. et al. Trabalho infantil: persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 61-84, 2010.
- ANDREONI, J.; VESTERLUND, L. Which is the fair sex? Gender differences in altruism. **Quarterly Journal of Economic**, v.116, n.1, p. 293-312, 2001.
- ARAUJO, Maria Caridad; BOSCH MOSSI, Mariano; SCHADY, Norbert. Can Cash Transfers Help Households Escape an Inter-Generational Poverty Trap? **NBER Working Paper**, v. 226, n. w2, 2016.
- ARIAS, E.; PALLONI, A. Prevalence and patterns of female-headed households in Latin America. In: **University of Wisconsin**, Center for Demography and Ecology. Madison, 1996.
- BALAND, J.; ROBINSON, J. A. Is Child Labor Inefficient? **Journal of Political Economy**, v. 108, n.4, p. 663–679, 2000.
- BANERJEE, A. V.; NEWMAN, A. F. ‘Occupational choice and the process of development’. **Journal of Political Economy**. v.101, n.2, p. 274–298, 1993.
- BARBOSA, A. L. N. H.; CORSEUIL, C. H. L. Conditional cash transfer and informality in Brazil. **IZA Journal of Labor & Development**, v. 37, n. 3, p. 1-18, 2014.
- BARROS, R. Paes; MENDONÇA, R.; VELAZCO, T. *Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?* Rio de Janeiro: **IPEA**, 1994. (Texto para discussão, 351).
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. Pobreza multidimensional no Brasil. In: **Texto para discussão IPEA**, n.1227, Rio de Janeiro, 2006.
- BASU, K. Child labor: cause, consequence, and cure, with remarks on international labor Standards. **Journal of Economic Literature**, Nasheville, v. 37, n. 3, p. 1083-1119, sep, 1999.
- BASU, K.; VAN, P. H. The Economics of Child Labor. **American Economic Review**, v. 89, n.5, p. 1386–1388, 1998.
- BASU, K; TZANNATOS, Z. The global child labor problem: what do we know and what can we do? **World Bank Economic Review**, v. 17, n. 2, p. 147-173, 2003.

- BATISTA, Andrezza;. **Domicílios chefiados por mulheres e choques de renda: Uma análise para as regiões metropolitanas brasileiras no período de 2011 a 2015**. Dissertação (Mestrado Economia Aplicada), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.
- BECKER, G. S. A Theory of the Allocation of Time. **The Economic Journal**, v. 75, n.299, p. 493–517, 1965.
- BECKER, G. S.; TOMES, N. An Equilibrium Theory of the Distribution of Income and Intergenerational Mobility. **Journal of Political Economy**. V. 87, n.6, 1979.
- BECKER, G. S. Human capital and poverty alleviation. World Bank, **Human Resources Development and Operations Policy**, 1995.
- BECKER, G. S. The economics of discrimination. **University of Chicago press**, n.142, 2010.
- BERTOCCHI, G; BRUNETTI,M.; TORRICELLI,C. Who holds the purse strings within the household? The determinants of intra-family decision making, **Journal of Economic Behavior and Organization**, v.101, p.65–86, 2014.
- BRAGA,T.; CACCIAMALI, M.C. **Políticas e ações para o combate ao trabalho infantil no Brasil**. In:Unicamp, São Paulo, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BROWN, D., DEARDORFF, A., STERN, R. **Child labor: Theory, evidence, and policy**. In: **Discussion Paper 474**, University of Michigan: School of Public Policy. Available at, 2001.
- CASTILLO, M. E; CROSS, P. J. Of mice and men: within gender variation in strategic behavior. **Games and Economic Behavior**, v.64, n.2, p. 421-432, 2008.
- CACCIAMALI, M. C. **A economia informal 20 anos depois**. In: **Indicadores Econômicos FEE: Desempenho da Economia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre**, v. 21, n. 4, p. 217-32,1994.
- CACCIAMALI, M. C.; FERREIRA BATISTA, N. N.; TATEI, F. Padrões familiares de utilização de trabalho infantil. **Revista ABET**, v. 10, n. 1, p. 11-34, 2011.
- CARTER, R. S. Parental involvement with adolescents' education: do daughters or sons get more help. **Adolescence**; Spring, 2000.
- CHARNESS, G.; GNEEZY, U. Strong evidence for gender differences for risk taking. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v.83, n.1, p.50-58, 2012.
- CERDAS, A.. Deserción escolar y trabajo infantil em Costa Rica. In: **Ana Pontificia Universidad caotolica de Chile** (Dissertation), 2003.
- CUEVAS, R. E; **Choques de renda e alocação entre trabalho e frequência escolar das crianças e adolescentes da República Dominicana**. Dissertação (Mestrado Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, pag. 88, 2018.

DE GRAFF, D. S., FERRO, A., LEVISON, D. Kids at Risk: Children's Employment In Hazardous Occupations in Brazil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol.44, n.4, p.685-721, out.-dez. 2014.

DUARTE, G. B., SILVEIRA, N. R. Trabalho infantil e a renda na vida adulta: uma análise para o meio rural brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, v.45,n.1, p.78-79, 2014.

DURYEA, S.; ARENDS-KUENNING, M. Frequência escolar, trabalho infantil e flutuações do mercado de trabalho local no Brasil Urbano. **World Development** , v.31,n.7, p.1165-1178, 2003.

EMERSON, Patrick; SOUZA, André. Bargaining over Sons and Daughters: Child Labor, School Attendance and Intra-Household Gender Bias in Brazil. In: **Vanderbilt University Department of Economics**, 2002.

EMERSON, Patrick M.; SOUZA, André Portela. Is there a child labor trap? Intergenerational persistence of child labor in Brazil. **Economic development and cultural change**, v. 51, n. 2, p. 375-398, 2003.

FERNANDES, M. M. **Estimação da oferta de trabalho com modelos coletivos: uma aplicação para o Brasil**. Dissertação de mestrado, Departamento de economia da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 100p. 2008.

FERREIRA BATISTA, N. N.; CACCIAMALI, M. C., 'Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo', In: **Encontro Regional da ABET**, 6., Paraíba. Anais. João Pessoa: ABET, 2007.

FERRO, A. R. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. In: Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

FERRO, A. R.; KASSOUF, A. N. **Avaliação do Impacto dos Programas de Bolsa Escola na Incidência de Trabalho Infantil no Brasil**. In: ANPEC, São Paulo, 2004.

FREITAS, C. O.; SILVA, F. A. & LIMA, J. E. Impacto do trabalho infantil no rendimento do indivíduo adulto no mercado de trabalho formal brasileiro. **Acta Scientiarum**. vol. 39, n. 3, p. 281-291, 2017.

FUWA, N. The poverty and heterogeneity among female-headed households revisited: the case of Panama. **World development**, v. 28, n. 8, p. 1515–1542, 2000.

GOULART, P.; BEDI A. Child labour and educational success in Portugal. **Economics of Education Review**, v.27, n.1 p.575-587, 2008.

GUEDES, F. E. M.; CURTI, A. Z.; TOJA, F. N.; CONDE, R. **Trabalho infantil e adolescente: impacto econômico e os desafios para a inserção de jovens no mercado de trabalho no cone sul**. In: Tendências: **consultoria integrada**, São Paulo, 2013.

HENRIQUES, R. **Desigualdade Racial no Brasil**: Evolução das condições de vida na Década de 90. In: **Texto para discussão IPEA**, nº807, Rio de Janeiro, Julho de 2001.

HILL, Marth S.; Greg J. DUCAN. Parental Family Income and the socioeconomic Attainment of children, **Social Science Research**, n.16, p.37-73, 1987.

IBGE (2018). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ILAHÍ, N., P. F. ORAZEM e G. SEDLACEK. “The Implications of Child Labor for Adult Wages, Income and Poverty: Retrospective Evidence from Brazil.” **International Monetary Fund**, 2000.

ILO-International Labour Organizational, 2017. **Child Labor**. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm>. Acesso em: 17/04/ 2021

JAFAREY, S.; LAHIRI, S., Education, child labour and development, in G. Johnes & J. Johnes, eds, ‘Handbook of development economics’, **Elsevier Science**, pp. 743–786, 2005.

JONES, J. P.; KODRAS, J. E. Restructured regions and families: The feminization of poverty in the US. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 80, n. 2, p. 163–183, 1990.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil no Brasil**. 1999. Tese (Livre Docência) – USP, Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ, 1999.

KASSOUF, A. L. **O Efeito do Trabalho Infantil para os Rendimentos e a Saúde dos Adultos**. In: **Anais do XXII Encontro de Econometria**. Campinas, SP: Sociedade Brasileira de Econometria, 2000.

KASSOUF, A. L. Trabalho infantil: escolaridade x emprego. **Economia (Campinas)**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 549-586, 2001.

KASSOUF, A. L. Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil. Brasília: **Ministério da Justiça**, 124p, 2002.

KASSOUF, A.L. **Trabalho infantil: causas e consequências**. Estudo realizado para ser apresentado na prova pública oral do concurso de professor titular do departamento de economia da Esalq, 2005.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, n.17, v.2, p.323-350, 2007.

KASSOUF, A. L.. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: Evidências sobre o “paradoxo da riqueza”. **Economia Aplicada**, v.14, n. 3, p. 339-353, 2010.

KILLINGSWORTH, M. R.; HECKMAN, J. J. Female Labor Supply: A Survey. In: Orley Ashenfelter and Richard Layard , eds., **Handbook of Labor Economics**, vol. 1. 1986.

LEE, Chanyoung; ORAZEM, Peter F. **Lifetime health consequences of child labor in Brazil**. In: **Child labor and the transition between school and work**. Emerald Group Publishing Limited, 2010. p. 99-133.

MCLANAHAN, Sarah; KELLEY, Erin. The Feminization of Poverty. In: **Handbook of the Sociology of Gender**, p.127-145), 2006.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. Is there a feminization of poverty in Latin America? **World Development**, v. 36, n. 1, p. 115–127, 2008.

MESQUITA, Shirley Pereira, RAMALHO, Hilton Martins de Brito. **Trabalho infantil no Brasil: Qual a importância da estrutura familiar?** Departamento de Economia - Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE, UFPB, 2011.

MOREIRA, G. C.; TEIXEIRA, E. C.; GOMES, M. F. M.; BARBOSA, R.M. Determinantes do trabalho infantil na região nordeste do Brasil, no ano de 2009. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 258-272, 2014.

MOREIRA, Gustavo; TEXEIRA, Evandro. Transmissão Intergeracional Do Trabalho Infantil No Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico**, ppe, v. 45, n. 2, ago. 2015.

MOTA, T. S.; JORGE, M, A.; CAMPOS, C. S. S. Uma análise dos determinantes do trabalho infantil no estado de Santa Catarina. **Revista NECAT**, v. 5, n. 10, p. 97-122, 2016.

NASCIMENTO, C.; TRINDADE, Z. Criando meninos e meninas: investigação com famílias de um bairro de classe popular. **Arq. bras. psicol. [online]**. ol.62, n.2, pp. 187-200, 2010.

NICOLELLA, Alexandre Chibebe; KASSOUF, Ana Lúcia; BARROS, Alexandre Lahóz Mendonça de. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 3, p. 673-701, 2008.

PETERS, J. F. Gender socialization of adolescents in the home: research and discussion. **Adolescence**. Winter, 1994.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho infantil no Brasil**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS_565163/lang--pt/index.htm. Acesso em 5 abril. 2021.

REBELO, Victor Lucas Taveira Mendes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2021. **Child Labor and Poverty: A Multidimensional Approach**. Adviser: Lorena Vieira Costa Lelis.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza**. Editora Garamond, 2011.

SARKAR, J.; SARKAR, D. Why does child labor persist with declining poverty? **Economic Inquiry**, v. 54, n. 1, p. 139-158, 2016.

SATYARTHI, K. Entrevista concedida à repórter Lia Vasconcelos. Desafios ao Desenvolvimento. **Revista mensal de informações e debates do IPEA e do PNUD**, ed. 26, dez, 2006.

SOUZA, Frederico F. de. Trajetória e desafios das políticas públicas de combate ao trabalho infantil. **Bahia Análise & Dados: Trabalho Decente**. Salvador: SEI, v. 20. n. 2/3. p. 145-434, 2010.

TOMÁS, M. C. **Renda de não trabalho e alocação do tempo de crianças e jovens: uma análise para 2003**. In: Encontro Brasileiro De Estudos Populacionais, 15, 2006, Caxambu. Anais.Caxambu: Abep, 2006

VIARO, A. A. **The impact of trade shock exposure on child labor and schooling in Brazil**. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, 2017.

VIEIRA, José Jairo. **As assimetrias de cor/raça e gênero da educação: O papel da universidade no tocante à exclusão**. In: SANTOS, Monica Pereira dos et al. (Org.). *Universidade e Participação 3: Tecendo diálogos*. Rio de Janeiro: Autografia, 2016. p. 157-177.

APÊNDICE

Tabela A.1- Descrição das variáveis utilizadas no segundo modelo

Variáveis	Descrição
Variável dependente	
Condição de pobreza do domicílio	=1, se o domicílio possui renda <i>per capita</i> abaixo da linha de pobreza =0, caso contrário
Variáveis explicativas	
Condição de trabalho infantil passado	
<i>Status</i> de trabalhador infantil do pai	= 1, se apenas o pai começou a trabalhar entre 5 a 15 anos = 0, caso contrário
<i>Status</i> de trabalhador infantil da mãe	= 1, se apenas a mãe começou a trabalhar entre 5 a 15 anos = 0, caso contrário
<i>Status</i> de trabalhador infantil do pai e mãe	= 1, se ambos começaram a trabalhar entre 5 a 15 anos = 0, caso contrário
Características do domicílio	
Condição do domicílio	= 1, se for próprio (já paga ou pagando) = 0, caso contrário
Acesso à água	= 1, caso o domicílio tenha acesso à rede de distribuição de água ou se possuir água encanada em pelo menos um cômodo. = 0, caso contrário
Acesso à esgoto	= 1, caso o domicílio tenha acesso adequado à rede de esgoto = 0, caso contrário
Coleta de lixo	= 1, caso o domicílio tenha coleta seletiva de lixo = 0, caso contrário
Acesso à eletricidade	= 1, caso o domicílio tenha acesso adequado à eletricidade, seja ela via rede, gerador ou painel solar. = 0, caso contrário
Presença de televisão, rádio e telefone/computador.	= 1, caso não tenha acesso a pelo menos um desses bens. = 0, caso contrário
Características do chefe do domicílio	
Idade	
Sexo	= 1, se Feminino = 0, se Masculino
Raça	= 1, se negro = 0, caso contrário
Tamanho família	Número de filhos
Anos de estudo	Número de anos de estudos
Horas trabalhadas	Número de horas trabalhadas na semana
Trabalho formal	=1, se o indivíduo está formalmente empregado =0, caso contrário
Variáveis de localização	
Localização	= 1, se Urbana = 0, se Rural
Região	Utiliza-se a região Norte como referência